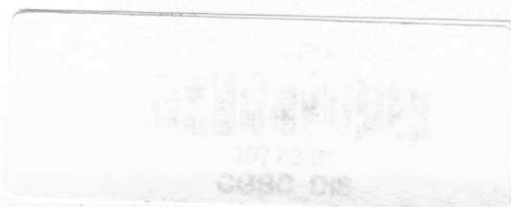


**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
MESTRADO EM ECONOMIA RURAL E REGIONAL**

**A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL NO LIMIAR DO SÉCULO XXI**

**LUCINÉIA SCREMIN MARTINS**

**CAMPINA GRANDE  
JUNHO DE 2001**



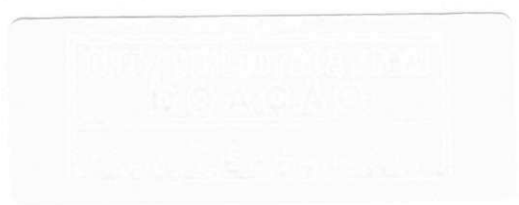
**LUCINÉIA SCREMIN MARTINS**

**A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL NO LIMIAR DO SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada como exigência parcial para  
obtenção do grau de Mestre.

Curso de Pós-Graduação em Economia Rural e Regional.  
Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal da  
Paraíba, Campus II – Campina Grande.

Professor Orientador Dr. Renato Kilpp.



**CAMPINA GRANDE .**  
2001



M386c Martins, Lucinéia Scremin.  
A crise estrutural do capital no limiar do século XXI /  
Lucinéia Scremin Martins. - Campina Grande, 2001.  
100 f.

Dissertação (Mestrado em Economia Rural e Regional) -  
Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades,  
2001.  
"Orientação : Prof. Dr. Renato Kilpp".  
Referências.

1. Capitalismo - Crise. 2. Crise Conjuntural. 3. Crise  
Estrutural do Capital. 4. Dissertação - Economia Rural e  
Regional. I. Kilpp, Renato. II. Universidade Federal da  
Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 330.142.23(043)

**LUCINÉIA SCREMIN MARTINS****A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL NO LIMIAR DO SÉCULO XXI**

Dissertação aprovada como exigência parcial para obtenção do grau de mestre no Curso de Pós-Graduação em Economia Rural e Regional da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, pela Comissão formada pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Renato Kilpp.

---

Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued

---

Prof. Dr. Paulo Ortiz Rocha de Aragão

---

Campina Grande, 04 de junho de 2001

## Aula de vôo

O conhecimento  
caminha lento feito lagarta.  
Primeiro não sabe que sabe  
e voraz contenta-se com cotidiano orvalho  
deixado nas folhas vividas das manhãs

**Depois pensa que sabe  
e se fecha em si mesmo:  
faz muralhas,  
cava trincheiras,  
ergue barricadas.**

**Defendendo o que pensa saber levanta certeza na forma de muro  
orgulha-se de seu casulo.**

Até que maduro  
explode em vôos  
rindo do tempo que imaginava saber  
ou guardava preso o que sabia.  
Voa alto sua ousadia  
reconhecendo o suor dos séculos  
no orvalho de cada dia.

**Mesmo o vôo mais belo  
descobre um dia não ser eterno.  
É tempo de acasalar  
voltar à terra com seus ovos  
à espera de novas e prosaicas lagartas.**

O conhecimento é assim  
ri de si mesmo  
e de suas certezas.  
É meta da forma  
metamorfose  
movimento  
fluir do tempo  
que tanto cria como arrasa  
a nos mostrar que para o vôo  
é preciso tanto o casulo  
como a asa.

**Mauro Iasi**

### **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu desenvolvesse este trabalho. Em especial, gostaria de agradecer ao meu companheiro Alexandre pelas contribuições dadas. A minha bela guerreira Iolanda Maria, pela paciência e alegria. A minha mãe e irmãos que, mesmo longe, sempre estão presentes. Às amigas do mestrado pelo companheirismo nas horas difíceis. Aos professores Bernadete e Idaleto pelo incentivo e encorajamento à minha vinda para o Nordeste. Ao professor Renato pela orientação paciente e dedicada. E, finalmente, aos eternos amigos que ficaram em Florianópolis.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	<b>V</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>VI</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO - I</b>	<b>10</b>
<b>DA CRISE CÍCLICA À CRISE ESTRUTURAL</b>	<b>10</b>
1. Os fundamentos da crise do capital	10
1.1 Crescimento econômico e a reprodução constante da crise do capital	24
2. A gênese da Crise estrutural do capital	27
<b>CAPÍTULO II</b>	<b>35</b>
<b>METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO: DA CRISE ESTRUTURAL</b>	
<b>À CRISE DE DOMINAÇÃO</b>	<b>35</b>
1. A intensificação da exploração da força de trabalho	36
1.1 As 'novas' formas de acumulação do capital	43
2. As contradições no mundo do trabalho na era do capitalismo 'avançado'	47
2.1 A crise de dominação do capital	58
<b>CAPÍTULO - III</b>	<b>60</b>
<b>O POTENCIAL DESTRUTIVO DO CAPITAL</b>	<b>60</b>
1. Os movimentos contraditórios da taxa de utilização decrescente	60
2. O potencial destrutivo do capital e o Complexo Industrial Militar	68
2.1 Só o Estado salva	74
2.2 A ciência a serviço do capital	84
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>88</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>94</b>

## RESUMO

A realização do presente trabalho de dissertação de mestrado tem como temática o estudo da crise do capital presenciada no último quartel do século XX. Partimos de um estudo do processo de produção e reprodução do capital para compreendermos os elementos que fundamentam o sistema capitalista e, por consequência, seus vínculos com a gênese da sua crise. É no auge do crescimento econômico que, contraditoriamente, se evidencia o desenvolvimento significativo do capital constante preludiando uma época de crises subsequentes. Estes tipos de crises são normais e dinamizadoras do sistema, pois possibilitam o deslocamento de suas contradições dentro das dimensões internas de funcionamento do capital. Porém, a história do último quartel do século passado indica que estas *crises conjunturais ou cíclicas* estão se metamorfoseando em uma *crise estrutural*, não se apresentando mais com características peculiares às “grandes tempestades”, como o craque de Wall Street em 1929, mas com características de um **continuum depressivo**, uma crise cumulativa, mais ou menos permanente e crônica. Indicamos que a crise estrutural decorre do processo de autonomização das esferas dinamizadoras do capital – a produção, consumo e circulação – que não possuem mais condições de deslocar suas contradições de uma para a outra, sinalizando para o esgotamento do sistema. Da crise estrutural decorre outro tipo de crise, a *crise de dominação do capital*, que se expressa na esfera política, jurídica, cultural e na consciência da sociedade moderna. Assim, a ausência de justificativas para a continuidade do processo de reprodução ampliada do capital, gera uma consciência social profundamente alienada quanto aos grandes males causados à humanidade e à natureza pelo sistema metabólico do capital. O grau de alienação gerado pelo sistema é tão profundo, que estamos diante de um eminente colapso das condições ambientais necessários para o desenvolvimento social. No entanto, nada pode se impor à lógica da reprodução do capital, ele se justifica por si só, e não para a humanidade. No processo de produção e reprodução do capital tem destaque o papel desempenhado pela *taxa de utilização decrescente* e o papel do *complexo industrial militar*, que associam dinamicamente os aspectos da produção do capital à produção perdulária e destrutiva, expressam na obsolescência planejada das mercadorias e na produção de armamentos. O papel da *ciência* é determinante neste processo do desenvolvimento da produção destrutiva, pois ela tem se desenvolvido à sombra do complexo militar. A ciência, neste fim de século, tem evidenciado o controle que o capital exerce sobre ela ao definir os procedimentos científicos de acordo com os interesses de produção e reprodução do capital, demonstrando sua subordinação ao capital e desmistificando seu discurso científico da neutralidade. A intensificação da exploração da força de trabalho, a produção armamentista e seu caráter destrutivo, a subordinação do desenvolvimento da ciência às necessidades de auto-reprodução do capital são os aspectos abordados nesta dissertação que constituem, em parte, os elementos da crise estrutural do capital e sua consequente crise de dominação.

Palavras chave: Crise conjuntural ou cíclica do capital; Crise estrutural do capital; Crise de dominação do capital; Produção destrutiva; Centralidade do trabalho; Desemprego crônico; Desenvolvimento da ciência; Composição orgânica do capital.



## ABSTRACT

The theme of this essay is the study of the capital crisis present in our society in the last quarter of the 20th century. We begin with an in-depth study of the processes of production and reproduction of economic resources to obtain an understanding of the elements that serve as the foundation of the capitalist system. Consequently, we will also uncover the causes of the capitalist crisis. In the height of economic development, where the economy experiences a boom, some form of economic recession is sure to follow. This kind of crisis is normal and provides the push to the system, for it facilitates the relocation of its contradictions inside the internal dimensions of capital. These are considered cyclical trends of an economy but history in the last quarter of the past century has shown a deviation from these cyclical trends to trends that are becoming more structural in nature. We no longer experience periods of "bad times" such as when Wall Street crashed in 1929, but more or less a chronic and permanent depression. We have shown that a structural crisis happens due to the sovereignty of each of the dominant spheres of capital- production, consumption, and the circulation of wealth - which eventually reach a point where they no longer are in equilibrium with each other, and the system is exhausted. This structural crisis also induces another type of crisis, which is the crisis of capital domination, which manifests itself in politics, justice, and culture and in the collective consciousness of modern society. Therefore, the absence of reasons for the continuance of the process of the reproduction of capital creates a social consciousness profoundly alienated from the evils aimed at society by this detrimental system of capital. The level of alienation by the system is so deep that we are faced with the eminent collapse of the environmental conditions necessary for social development. Nothing can go against this capital reproduction, for it is self justified, and does not take into account humanity's best interest. In this process of production and reproduction of capital, there is a distinct role made by the military industrial complex and the decreasing rate of utilization, which associates the aspects of the capital production to the destructive production due to the production of armament. The role of science is significant in this process of development in this destructive production, for it has developed itself as the shadow of the military complex. Science in the end of this century has demonstrated the control that capital exercises over it, defining its scientific innovations based on the needs of capital's production and reproduction, showing its subordination towards capital and compromising its scientific position of neutrality. The intensification of the exploitation of the work force, military power and its destructive nature, the submissiveness of science's development towards the needs of capital reproduction are the main points of this essay that are the causes of the capital economic crisis and its subsequent crisis of domination.

## INTRODUÇÃO

O universo não é uma ideia minha.  
 A minha ideia do Universo é que é uma ideia minha.  
 A noite não anoitece pelos meus olhos.  
 A minha ideia da noite é que anoitece por meus olhos.  
 Fora de eu pensar e de haver quaisquer pensamentos  
 a noite anoitece concretamente.  
 E o fulgor das estrelas existe como se tivesse peso.  
 (Fernando Pessoa, 110-1017)

**N**as últimas três décadas têm-se presenciado, em paralelo ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, como jamais visto historicamente, um reaparecimento do desemprego crônico, uma ofensiva mundial do capital contra a classe trabalhadora e o crescente potencial destrutivo do capital, que coloca em xeque não só sua reprodução enquanto um sistema dominante e totalizante, mas a própria existência do planeta.

Tais consequências do domínio do capital, como forma atual dominante de reprodução da existência humana, não aparecem ao acaso, são resultados de uma dinâmica de funcionamento contraditória, que gera simultaneamente ao seu processo contínuo de produção e reprodução, a sua negação, ou seja, a sua própria crise.

Neste sentido, o tema desta dissertação é a crise contemporânea do capital, seus determinantes e seus desdobramentos. Por tratar-se de um tema bastante amplo e complexo, e que permite as mais variadas abordagens e enfoques, foi necessário concentrar-se em alguns aspectos da crise contemporânea do capital. Além do que, elegeu-se uma bibliografia que privilegia uma abordagem crítica, muitas vezes balizada pelo referencial marxista, da crise do capital. Optou-se por uma abordagem teórica que enfoca o caráter totalizante, processual e histórico do modo de produção capitalista e sua crise, tendo, portanto, como fio condutor, que

crise estrutural. Ainda nesta primeira parte do capítulo segundo, analisam-se as novas formas de acumulação de capital, como parte de uma processualidade contraditória do sistema do capital. No momento seguinte deste segundo capítulo o objetivo é discutir **as contradições do trabalho no capitalismo 'avançado'**, que intenta demonstrar o caráter contraditório das saídas implementadas pelo capital para sua crise estrutural, na medida que estas saídas, ao mesmo tempo em que contribuem para conter a crise estrutural, também caracterizam o aprofundamento dela ao gerar uma crise de dominação do capital, tornando-o sem justificativa social.

O terceiro capítulo, intitulado "*O potencial destrutivo do capital*", tem como objetivo discutir as estratégias implementadas pelo sistema do capital para atenuar sua crise estrutural. Neste sentido, discute-se os movimentos contraditórios da taxa de utilização decrescente como saída à sua crise estrutural, ou seja, discorre-se como a diminuição do tempo de vida útil das mercadorias implica no conseqüente aumento da velocidade do circuito produtivo, ampliando por sua vez, a velocidade da produção de valores de troca, e desta forma, trazendo vantagens ao processo de acumulação capitalista. Mas, contraditoriamente, a taxa de utilização decrescente também se constitui num elemento de aprofundamento da crise de dominação do capital na medida que evidencia o seu caráter dissipador e destrutivo da produção capitalista e, fundamentalmente, quando é associada ao desenvolvimento do complexo industrial militar. Por fim, neste último capítulo, discorre-se sobre a relação entre o complexo industrial militar e a ciência, que acaba se desenvolvendo completamente subordinada ao complexo industrial militar e às necessidades de auto-reprodução do sistema do capital, demonstrando que é preciso refletir sobre o caráter contraditório do sistema do capital: que apresenta simultaneamente, um caráter dinâmico, extraordinário e altamente destrutivo.

## CAPÍTULO - I

### DA CRISE CÍCLICA À CRISE ESTRUTURAL

Obcecado pelas árvores não consegue ver o bosque.

Engels, F.

#### 1. *Os fundamentos da crise do capital*

A compreensão do processo de desenvolvimento do capital deve ser vinculada a um entendimento científico que implica em abordar a sua forma contraditória. É necessário esclarecer que os princípios metodológicos aqui utilizados caracterizam-se pelos elementos históricos da formação e do desenvolvimento do capital. Assim, ao abordar-se o tema em questão, o leitor deve considerar fundamentalmente que o capital se constitui num complexo de relações sociais em constante transformação e, contraditoriamente, num conjunto de relações determinadas, próprias da formação capitalista.

As mudanças ocorridas no último quartel do século XX, longe de prenunciarem uma mudança de paradigmas ou o surgimento de uma sociedade pós-moderna, confirmam as “velhas” manifestações das relações de produção capitalista. Porém, o sistema do capital apresenta alguns elementos novos como, por exemplo, a transformação de suas crises cíclicas em uma crise de caráter estrutural. No entanto, para a compreensão dela é necessário antes compreender o processo de desenvolvimento das crises cíclicas do capital.

O desenvolvimento do capital cria a sua forma de reprodução, concomitante à formação das suas crises, dentro de uma processualidade contraditória em que os elementos

impulsionadores da produção e da reprodução do capital passam a ser também os elementos determinantes da estagnação deste, e do seu processo de crise.

Para esclarecer a gênese da crise do capital devemos partir da contradição inicial entre a produção de valores de uso e valores de troca, passando pela análise da tendência da queda da taxa de lucro e dos seus fatores contrários, chegando à caracterização das crises conjunturais do capital e seus mecanismos de expansão peculiares.

No modo de produção capitalista, o processo de trabalho é apenas um meio de valorizar o capital e o que importa é a produção de mais valia. No processo de trabalho subordinado à produção capitalista, o sentido de sua produção está na criação de mais-valor e não nos valores de uso, segundo os interesses dos próprios produtores. Isto porque o capitalismo subordina radicalmente o valor de uso ao valor de troca, voltando-se basicamente para a criação e manutenção das condições adequadas para a sua produção e reprodução constante. Desta forma, a subordinação das necessidades humanas à reprodução ampliada do capital é uma característica importante que acompanha o sistema capitalista desde a sua origem.

O modo de produção capitalista, que é consequência do desenvolvimento das forças produtivas da humanidade, exige como primeira condição necessária para sua consolidação e expansão, a "liberação" dos trabalhadores dos seus meios de trabalho. É desta forma que passamos do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Portanto, para a acumulação de capital é necessário que a classe trabalhadora, a única capaz de produzir mais valor, esteja despojada dos meios de produzir sua própria existência. Assim, a produção material para a existência humana, neste modo de produção, está diretamente desvinculada das necessidades sociais dos seres humanos e exclusivamente subordinada às necessidades da produção e reprodução do capital.

Portanto, para a produção capitalista é fundamental que haja, de um lado, capitalistas proprietários privados dos meios de produção e compradores da força de trabalho e, de outro, trabalhadores “liberados” dos meios de produção, vendedores apenas da força de trabalho. Desta forma, tem-se então, o processo de produção capitalista e, fundamentalmente, o processo de sua reprodução.

Sob o domínio do capital, a finalidade do processo de trabalho não é só a transformação do produto do trabalhador em mercadoria, mas também principalmente em capital, onde o próprio trabalhador perpetua sua condição de explorado. Desta forma, conforme nos diz MARX:

Como o processo de produção é, ao mesmo tempo, o processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que explora a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que empregam o produtor. O próprio trabalhador produz, por isso, constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza, separada de seus próprios meios de objetivação e realização, abstrata, existente na mera corporalidade do trabalhador, numa só palavra, o trabalhador como trabalhador assalariado. Essa constante produção ou perpetuação do trabalhador é a condição *sine qua non* da produção capitalista (1985b: 156).

Sendo assim, a constante manutenção da reprodução da classe trabalhadora é fundamental para a reprodução do capital onde, do ponto de vista social, mesmo fora do processo direto do trabalho, ela se caracteriza como mero acessório do modo de produção capitalista (Ibid., 1985b: 158). A classe trabalhadora sob o jugo do capital nada mais é do que uma “coisa”, uma engrenagem necessária no processo de produção para que no final deste, haja não só valor de uso, mas, mais-valia capaz de explorar a força criadora de valor. Do

outro lado, a classe capitalista<sup>1</sup> também desempenha o papel de acessório do capital, pois é levada a transformar a mais valia adquirida em capital (MARX, 1985b: 173). Desta forma “... o processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado” (Ibid., p. 161).

O capitalista só vai adiantar capital, ou seja, dispor de meios de produção, matérias-primas e comprar força de trabalho, se no final do processo de trabalho obtiver uma mercadoria que contenha mais valor do que o valor adiantado por ele. Como também, o processo de produção só será expandido, se no final do processo a taxa de lucratividade garantir a auto-reprodução ampliada do capital.

A acumulação capitalista, isto é, seu processo de reprodução ampliada, caracteriza-se por dois movimentos que se relacionam permanentemente. De um lado, com o mais valor adquirido com a exploração da força de trabalho, a classe capitalista pode adquirir mais força de trabalho, ampliando assim, o processo de extração de mais valia. E por outro, a mais valia serve também para a compra de meios de produção, multiplicando as potencialidades de exploração da força de trabalho, condicionando, desta forma, o processo de acumulação capitalista. Tais movimentos no processo de acumulação capitalista, desencadeiam alterações na composição orgânica do capital, e esta precisa ser compreendida pela relação entre capital constante e o capital variável:

---

<sup>1</sup> Conforme nos diz MÉSZÁROS, o capital é o primeiro modo de produção que se constitui num sistema totalizador irrepreensível e irresistível, por isso se caracteriza como o mais dinâmico. No entanto, o preço a ser pago por tal dinamismo é a perda de controle sobre os processos de tomada de decisão. E, “Isso se aplica não só aos trabalhadores, em cujo caso a perda de controle – seja no emprego remunerado ou fora dele – é um tanto óbvio, mas até aos mais ricos dos capitalistas. Porque, estes, não importa o número de ações controladoras que esses últimos possam ostentar na empresa ou empresas que legalmente possuem enquanto indivíduos particulares, seu poder de controle dentro do quadro do sistema capitalista como um todo é insignificante. Eles devem obedecer aos imperativos objetivos do sistema como um todo assim como as outras pessoas, ou sofrer as conseqüências e deixar os negócios” (1995a: 01).

Da perspectiva do valor, ela é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante, ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários. Da perspectiva da matéria, como ela funciona no processo de produção, cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva: essa composição é determinada pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego. Chamo a primeira composição de composição-valor e a segunda de composição técnica do capital. Entre ambas há estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição-valor do capital, à medida que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações, de: composição orgânica do capital (MARX, 1985b: 187. Grifo nosso).

Alterações na composição orgânica do capital desencadeiam conseqüências para o processo de acumulação capitalista. Uma alteração na composição técnica do capital, ou seja, um aumento da massa dos meios de produção em relação à massa da força de trabalho que os põe em funcionamento, *"... reflete-se em sua composição em valor, no acréscimo da componente constante do valor do capital à custa de sua componente variável"* (MARX, 1985b: 194).

Na medida que o capital investe em novos métodos de produção, em novas tecnologias, próprios da sua dinâmica competitiva, há um decréscimo relativo do capital variável (força de trabalho), comparado ao capital constante (meios de produção). Assim, em virtude do desenvolvimento da produção capitalista passa-se a ter um consumo produtivo maior – ou seja, uma massa maior de meios de trabalho, de máquinas, de capital fixo e de matérias auxiliares é consumida –, num mesmo espaço de tempo. Desta forma, um capital constante de magnitude maior de valor é consumido em relação a uma massa relativamente menor de força de trabalho (Cf. MARX, 1991: 242). Como bem assinala CASTELLS:

A tendência a que a composição orgânica do capital aumente com o processo de acumulação capitalista provoca uma tendência ao descenso da taxa de lucro, porque o "trabalho vivo", *única fonte de valor*, tende a ser substituído pelo "trabalho morto", que somente transmite às mercadorias a mesma quantidade de valor já incorporada nos meios de produção. Assim, apesar do crescimento da massa de mais-valia produzida pelo capitalismo, a relação entre valor investido e a mais-valia obtida será cada vez menos favorável para aquele. Como a taxa de



lucros depende, em última instância, da taxa de mais valia, as taxas de lucro tenderão a decrescer a longo prazo (1979: 27)

No modo de produção capitalista, o constante desenvolvimento das forças produtivas, guiado pelas leis da acumulação leva a uma queda da taxa de lucro. A tendência de diminuição da taxa de lucro<sup>2</sup> (o lucro sobre o capital global), no processo de acumulação capitalista, decorre do desenvolvimento das forças produtivas, e tem sua explicação na composição orgânica do capital.

É importante destacar, que a queda da taxa de lucro, não advém da redução do trabalho vivo absoluto do capital global, mas da sua redução relativamente ao capital constante. Isto significa que a queda da taxa de lucro ocorre não porque há diminuição do número absoluto dos trabalhadores historicamente, mas porque há um aumento da massa de trabalho objetivado em relação ao número de trabalhadores no processo de valorização do capital. Ou seja, *“A relação muda não porque diminua a massa de trabalho vivo, mas porque aumenta a massa de trabalho já materializado, posta em movimento (...) A queda da taxa de lucro advém não de decréscimo absoluto e sim de decréscimo relativo da parte variável do capital global, do decréscimo dela em relação à parte constante”* (MARX, 1991: 248).

A queda da taxa de lucro é tendencial, conforme nos alerta MARX (*Ibid.*, p. 266-76), justamente porque fatores externos contribuem para que ela não seja maior ou não se dê de maneira tão rápida. Isto significa que não é algo inexorável, mas fruto de um processo histórico, pois o próprio processo de reprodução ampliada do capital vai criar os mecanismos contrários à queda da taxa de lucro.

Um fator que se constitui na tendência contrária a queda da taxa de lucro mais direta na acumulação do capital é a elevação da taxa de mais valia, pois influencia na elevação da massa de mais-valia, e conseqüentemente na taxa de lucro. Portanto,

---

<sup>2</sup> Lucro sobre o total de investimentos realizados em meios de produção (capital constante) e aquisição de força de trabalho (capital variável).

Trata-se de obter, com a mesma composição orgânica do capital, uma taxa maior de mais-valia mediante vários mecanismos complementares, que compreendem:

- a) O incremento da intensidade do trabalho.
- b) A não-redução do tempo de trabalho, em comparação com o desenvolvimento das forças produtivas.
- c) As pressões sobre os salários e sobre o custo global de reprodução da força de trabalho, com as quais se pretende diminuir tal custo de modo absoluto ou relativo, em comparação com o crescimento histórico das necessidades humanas.
- d) A eficácia e a qualificação da força de trabalho é aumentada sem uma paralela elevação dos salários, permitindo assim ao capital apropriar-se de uma massa adicional de nova mais-valia, resultante do aumento da produtividade do trabalho (mais-valia relativa) (CASTELLS, 1979: 97)).

Os elementos de intensificação do processo produtivo não são características imanentes da força de trabalho, mas dos meios de produção que ela põe em movimento, ou seja, decorrem do incremento do capital constante. Subindo a taxa de mais-valia, conseqüentemente aumenta a massa absoluta do lucro, mesmo havendo diminuição do capital variável em relação ao capital constante. É no desenvolvimento da produtividade social do trabalho que o capital encontra as várias formas de aumentar a taxa de mais valia, como a já mencionada intensificação da jornada de trabalho.

A intensificação do processo de trabalho aumenta o grau de exploração da força de trabalho, ou seja, aumenta a extração de trabalho excedente. Entretanto, a intensificação do trabalho, ao mesmo tempo em que pode contribuir para a elevação da taxa de lucro, muitas vezes, acaba contribuindo para a diminuição do capital variável em relação ao constante e, portanto, para a queda da taxa de lucro. Conforme sublinha MARX: *"... as mesmas causas que elevam a taxa de mais-valia (...) concorrem para diminuir a força de trabalho aplicada por capital dado, e assim essas mesmas causas contribuem para diminuir a taxa de lucro e para retardar esta diminuição"* (MARX, 1991: 269).

Nestas condições, o fator que melhor contribui para que a tendência à queda da taxa de lucro se enfraqueça é o aumento da jornada de trabalho (aumento da mais valia absoluta), pois faz com que aumente a massa de trabalho não-pago sem modificar essencialmente a relação

entre a força de trabalho e o capital constante, em alguns casos até diminuindo-o. Assim, a queda da taxa de lucro é compensada ou limitada pelo aumento da taxa de mais-valia.

A explicação para que, contraditoriamente, mesmo com tendência a uma queda da taxa de lucro, haja aumento da massa de lucro, é o fato de que com o crescimento do capital constante – incremento dos meios de produção –, amplia-se a absorção de força de trabalho, aumentando a massa de trabalho excedente a ser apropriada, mesmo havendo uma quantidade menor de capital variável em relação ao capital constante. Isto nos leva a concluir que: “... quanto mais desenvolvido o modo capitalista de produção, tanto maior é a massa de capital necessária para ocupar a mesma força de trabalho, e maior ainda quando se trata de crescente força de trabalho” (MARX, 1991: 255). Então, se há uma diminuição pela metade da taxa de lucro (valor novo sobre o capital global) torna-se necessário uma duplicação do capital para que não haja uma redução da massa de lucro.

Na medida em que há um progressivo desenvolvimento da produtividade social do trabalho, há como consequência, um aumento do capital constante em relação ao variável, uma vez que mobiliza quantidade cada vez maior de meios de produção com quantidades cada vez menores de trabalho, causando uma diminuição do valor incorporado nos produtos individuais. Ou seja, cada produto individualmente passa a incorporar menos trabalho, e conseqüentemente há como tendência uma redução no valor do produto, “... então, cada mercadoria isolada ou cada porção determinada da massa total produzida absorve menos trabalho vivo e, além disso, contém menos trabalho materializado, oriundo do desgaste do capital fixo aplicado ou das matérias-primas e auxiliares consumidas” (MARX, 1991: 258).

Conseqüentemente, mesmo que haja um aumento da taxa de mais valia, a taxa de lucro diminui.

**Com exceção de casos isolados (...), a taxa de lucro diminuirá, apesar da alta da taxa de mais-valia: 1) porque fração maior não paga da totalidade menor do**

novo trabalho adicional é menor que fração menor não-paga da totalidade anterior maior, e 2) porque a composição superior do capital expressa-se na mercadoria isolada, pela circunstância de a parte de seu valor, que representa trabalho novamente adicionado, diminuir em relação à que representa matérias-primas, auxiliares e desgaste do capital fixo (MARX, 1991: 259. Grifo nosso).

Diante do pressuposto de que é o trabalho vivo que valoriza o capital, com aumento da composição orgânica do capital existe uma redução relativa da quantidade de trabalho vivo. Portanto, ao pressuporem-se dois momentos produtivos distintos e respectivos, mesmo havendo um crescimento da quantidade de trabalho não-pago, esta quantidade será menor do que a quantidade menor não-paga do processo produtivo anterior, onde a quantidade de trabalho vivo era maior.

Em função da concorrência, um elemento inerente ao modo de produção capitalista, há conseqüentemente um aumento do capital constante em relação ao variável, ou seja, mobiliza-se quantidade cada vez maior de meios de produção com quantidade cada vez menor de trabalho, causando, desta forma, uma diminuição do valor incorporado nas mercadorias. Essa diminuição do valor das mercadorias possibilita aos capitalistas que inovam primeiro, vantagens na concorrência intracapitalista, porque eles acabam, mesmo que momentaneamente, tendo uma lucratividade extra. No entanto, na medida em que as inovações se generalizam – isto é, são implementadas também por outros capitalistas – tem-se também uma diminuição generalizada do valor das mercadorias e as vantagens dos primeiros são neutralizadas. No entanto, devido à competitividade esse processo dá-se continuamente, o que acaba gerando a tendência à queda da taxa de lucro, mesmo que haja aumento da massa de lucro.

Outro fator preponderante, que também impõe limites à queda da taxa de lucro é a redução dos salários, pois proporciona ao capital, além da mais valia expropriada dos trabalhadores, parte dos salários destes, conseqüentemente parcela maior de trabalho não-pago.

O desenvolvimento da indústria, acaba também contribuindo para deter a queda da taxa de lucro, na medida em que faz o valor dos elementos materiais do capital existente diminuírem. O desenvolvimento da produtividade social do trabalho, da mesma forma que acelera a acumulação do capital em escala sempre crescente, libera e torna supérflua parcela significativa dos trabalhadores; este fenômeno contribui para que alguns ramos da produção façam uso de maior quantidade de trabalho vivo, resistindo à mecanização do trabalho. Desta forma, aproveitam-se de maior capital variável e de menores salários, proporcionando uma maior massa de mais-valia. Como a taxa geral de lucro é calculada pelo nivelamento da taxa de lucro dos diversos ramos particulares da produção, a tendência à queda da taxa de lucro é, em parte, compensada pelo fato de alguns ramos particulares obterem uma maior taxa de lucro do que ramos produtivos mais industrializados.

Outro fator que contribui para a atenuação da queda da taxa de lucro é o comércio exterior. A desigualdade no desenvolvimento da produtividade social do trabalho dos diversos países que comercializam entre si, pode fazer com que países mais adiantados na produção de mercadorias obtenham maiores vantagens no comércio externo. Assim, países mais adiantados na produção de mercadorias acabam conseguindo uma maior taxa de lucro, pelo fato de que competem com países que têm sua produção menos desenvolvida, podendo portanto, vender suas mercadorias acima do valor de produção e abaixo do valor dos seus competidores. Outra face desta mesma moeda é o investimento de capitais nos países com um desenvolvimento produtivo mais baixo, onde em virtude do menor desenvolvimento, tem-se em geral uma maior taxa de lucro devido a maior exploração do trabalho. A vantagem do comércio exterior é que o país favorecido acaba recebendo mais trabalho do que dá<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> O comércio exterior alcança hoje uma complexidade que não cabe ser analisada aqui. No entanto, é importante destacar que esta complexidade contribui para a concentração e centralização de capital. Nas palavras de CHESNAIS. *"...As estratégias internacionais do passado, baseadas nas exportações, ou as estratégias multidomésticas, assentadas na produção e venda no exterior, dão lugar a novas estratégias, que combinam uma série de atividades transfronteiras: exportações e suprimentos externos, investimentos estrangeiros e alianças internacionais. (...) Agora o capital está à vontade para pôr em concorrência as diferenças no preço da força de trabalho entre um país - e, se for o caso, uma parte do mundo - e outro"* (1996: 27-28).

CASTELLS resume a teoria marxiana das crises econômicas surgidas no processo de acumulação capitalista como resultado da queda tendencial da taxa de lucro, apresentando-a da seguinte forma:

1. A acumulação capitalista conduz ao aumento da composição orgânica do capital (concretamente, à substituição de "trabalho vivo" por "trabalho morto" no processo de produção) como resultado da concorrência capitalista, do desenvolvimento das forças produtivas e dos efeitos da resistência dos trabalhadores em luta contra a exploração.
2. O aumento da composição orgânica do capital origina, necessariamente, um descenso da taxa de lucro para uma determinada taxa de mais-valia.
3. A queda da taxa de lucro provoca uma queda no investimento, dando origem a uma *superacumulação* de capital e de mercadorias, além de uma forte restrição da procura.
4. A tendência ao aumento da composição orgânica do capital no processo de acumulação pode ser contida por ação das *tendências contrárias*.
5. Apesar do aumento da composição orgânica do capital, a tendência ao descenso da taxa de lucro pode reverter-se quando a taxa de exploração aumenta com maior rapidez que a composição orgânica (1979: 31-32).

O modo de produção capitalista é um sistema contraditório. Sua tendência é desenvolver as forças produtivas de maneira absoluta, ao mesmo tempo em que precisa expandir-se e acumular-se ilimitadamente. No entanto, o desenvolvimento das forças produtivas implicam na queda da sua lucratividade, limitando sua expansão e acumulação. Isto é, para acumular capital é necessário desenvolver as forças produtivas; ao desenvolvê-las há modificação na composição orgânica do capital e conseqüentemente queda da taxa de lucro. Para deter a queda da taxa de lucro tem-se depreciação periódica de capital existente, no intuito de formar capital novo. Ou seja, necessidade de um novo processo de acumulação em detrimento do já existente: *"Se o capital aumenta de 100 para 1.000, então 1.000 é agora ponto de partida, do qual o aumento tem de começar; sua decuplicação para 1.000 não conta para nada; o lucro e a renda eles próprios se tornam capital por sua vez. O que apareceu como mais-valia agora aparece como uma simples pressuposição etc., como incluída na sua simples composição"* (MARX, Grundrisse, p.335 apud MÉSZÁROS, 1996b: 73).

Tem-se uma massa de capital de proporções gigantescas que não consegue mais se reproduzir com taxas de lucratividades compensatórias para o capital. Portanto, com a acumulação acelerada ocorre uma superabundância indesejável de capital, ou superprodução de meios de produção, o que significa uma superacumulação de capitais. Para citar MARX, *"Se um capital global de 1000 dava um lucro de 100 e, após aumentar para 1500, rende apenas 100, o rendimento de 1000, no segundo caso, passará a ser somente 66 2/3. Em termos absolutos diminuiu a valorização do capital antigo. Nas novas circunstâncias, o capital igual a 1000 não renderia mais que antes um capital igual a 666 2/3"* (1991: 290).

O crescimento do capital constante em relação ao capital variável gera o que afirmamos anteriormente: queda tendencial da taxa de lucro, que tem como uma de suas conseqüências a superprodução de capital caracterizada pela desigual proporção entre capital constante e capital variável: o capital variável por ser infimamente inferior ao capital constante, não consegue produzir e reproduzir o capital em escala ampliada, porque é incapaz de gerar uma massa de lucro suficiente para a reprodução do capital global.

A superprodução de capitais ocorre na medida em que o modo de produção capitalista é incapaz de explorar o trabalho com o grau necessário para a sua expansão, ou seja, incapaz de permitir um crescimento da massa de lucro na mesma proporção do aumento do capital aplicado, com o poder de impedir a diminuição da taxa de lucro na medida que o capital aumenta. Por isso, a queda do grau de exploração da força de trabalho abaixo do potencial real de exploração causa estagnações no processo de produção capitalista, destruição de capitais, crises (Cf. MARX, 1991: 292-293). Assim, a superprodução não está associada apenas ao processo de produção de mercadorias, mas também ao processo de produção e reprodução do capital.

A queda da taxa de lucro relacionada à acumulação capitalista leva à luta da concorrência, e também, conseqüentemente, à superprodução de mercadorias, no

abarroamento de mercados. Até por que, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, há aumento no número de mercadorias produzidas e, conseqüentemente, redução no valor das mercadorias individualmente – cada mercadoria contém menos trabalho incorporado. Então, para que seja realizado todo o valor do capital aplicado – capital constante, capital variável – como também a parte que representa a mais-valia, é necessário a venda de todas as mercadorias, caso isto não aconteça de nada adiantou ao capitalista a objetivação do trabalho excedente.

Assim, a produção capitalista se caracteriza como uma totalidade complexa que tem seu nó górdio na produção e na circulação simultaneamente, sendo diferentes as condições de exploração na esfera da produção daquelas da esfera da realização. Conforme nos diz MARX,

as primeiras [condições de exploração da esfera da produção] têm por limite apenas a força produtiva da sociedade, e as últimas [condições de exploração da esfera da realização], a proporcionalidade entre os diferentes ramos e o poder de consumo da sociedade. Mas, esse poder não é determinado pela força produtiva absoluta, nem pela capacidade de consumo absoluta e sim condicionada por relações antagônicas de distribuição, que restringem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo variável dentro dos limites mais ou menos restritos (1991: 281).

Como o objetivo do capitalismo não é satisfazer as necessidades, mas produzir lucro, sempre haverá discrepância entre o consumo sob o capitalismo e a produção em escala sempre crescente. No capitalismo “*Não se produzem meios de subsistência demais em relação à população existente*” (Ibid., p.295), nem tão pouco se produz meios de produção em excesso para empregar as pessoas aptas ao trabalho. Ao contrário, é fácil perceber que se produz pouco, – considerando o desenvolvimento social do trabalho nos dias atuais – para satisfazer adequadamente as necessidades da população. Na verdade, a contradição consiste no fato de que os meios de subsistência e meios de produção são demais apenas para o capital, já que ele precisa funcionar com determinada taxa de lucratividade (Cf. Ibid., p. 295).



Com os fenômenos, superprodução de capital e diminuição das suas taxas de lucratividade, desencadeia-se um processo de paradas súbitas, crises do processo de produção capitalista. Como é a taxa de lucro que determina a produção capitalista é, portanto, apenas a relação entre o capital aplicado e o lucro obtido que lhe importa, ou seja, é apenas um certo nível da taxa de lucro o fator determinante para que a produção continue se expandindo ou seja paralisada.

## 1.2 Crescimento econômico e a reprodução constante da crise do capital

Contraditoriamente, no auge do crescimento econômico em que o consumo se efetiva de maneira acelerada - seja por parte dos trabalhadores em decorrência do aumento salarial, seja pelo aumento da massa de capital que está em funcionamento, o modo de produção capitalista inicia o seu processo de agonização, colocando em xeque o processo de reprodução capitalista.

É no período de crescimento econômico, que a queda da taxa de lucro se agudiza, pois, ao aumentar a massa de salários, há diminuição da parte não-paga expropriada pelo capitalista. Com o aumento salarial há como consequência aumento do consumo, gerando aumento na demanda de mercadorias, meios de produção, maquinários e força de trabalho, aumentando, por sua vez, a escala de produção e, conseqüentemente, gerando superabundância de capital ocasionada pelo funcionamento anárquico da produção. Este círculo de determinações recíprocas em que mais riqueza está sendo revertida em acumulação de capital, reduz a taxa de lucratividade a um nível tão baixo que inviabiliza sua reprodução. Até por que a produção capitalista não combina com consumo individual, mas somente com consumo produtivo, ou seja, ele só consome se a lógica for para produzir mais capital. Neste interim de consumo em alta é que se inicia o processo de crise do capital: depreciações bruscas, estagnação e perturbações do processo de reprodução (Cf., MARX, 1991: 292).

Resta ao modo de produção capitalista, como única alternativa para o restabelecimento momentâneo do seu equilíbrio, tornar ocioso o capital ou mesmo destruí-lo em parte (fechamento de fábricas, depreciação de máquinas, destruição de mercadorias, etc...). Então, *“depreciação periódica do capital existente, meio imanente ao modo capitalista de produção, de deter a queda da taxa de lucro e de acelerar acumulação do valor-capital pela formação*

*de capital novo, perturba as condições dadas em que se efetua o processo de circulação e reprodução do capital, e assim é acompanhada de paradas súbitas e crises do processo de produção” (MARX, 1991: 287).*

Como resposta à superprodução de capital, frea-se o desenvolvimento das forças produtivas, fazendo com que apenas alguns ramos produtivos assimilem o potencial científico. A queda da lucratividade acaba reduzindo o ritmo de investimentos industriais gerando uma queda no crescimento da produtividade e conseqüentemente, reduzindo os salários. Como enfatizou Marx, *“As crises não são mais do que soluções momentâneas e violentas das contradições existentes, erupções bruscas que restauram transitoriamente o equilíbrio desfeito” (Ibid., p. 286).*

Com a estagnação do processo de produção e reprodução capitalista, dois aspectos tornam-se relevantes: de um lado, parte da classe trabalhadora fica desempregada pressionando os salários daqueles que permanecem empregados para baixo da média, ampliando a quantidade de trabalho excedente expropriada pelo capitalista, constituindo-se, portanto, num fator contrário à queda da taxa de lucro. Do outro lado, a depreciação do capital constante, que foi posto em ociosidade ou que foi destruído, reduz a composição orgânica do capital contribuindo também com o aumento da taxa de lucro.

Tem-se, portanto, um ciclo completo: a produção capitalista no auge da sua expansão e crescimento econômico, depara-se com os seus limites imanentes e entra em crise. Esta se apresenta como uma alternativa efêmera restaurando o equilíbrio da produção e reprodução do capital momentaneamente, até desenvolver-se novamente os fatores que desencadearão uma nova crise, seguida de retomada de crescimento econômico, repetindo-se outro ciclo.

Como destaca MÉSZÁROS

A forma típica de crise sob o sistema capitalista é a crise conjuntural que, como dizia Marx, se compara à tempestade tropical, descarregando e portanto destruindo,

no lugar de raios e trovões, o capital excedente (sobreproduzido), permitindo a restauração do equilíbrio e o surgimento de uma nova fase de expansão capitalista. Nesse sentido, a crise conjuntural pertence à “normalidade” do modo de funcionamento do capitalismo, qual seja, através de enormes flutuações que representam as crises e retomadas do avanço econômico (1997: 149).

Portanto, não soa estranho associarmos capital à crise. Ao contrário, ela é, como MARX assinalou, solução e maneira de ultrapassar momentaneamente os limites iminentes à estrutura contraditória do sistema do capital, para que este possa impor a sua dinâmica de expansão e dominação, subordinando a si todas as dimensões da vida humana.

Entretanto, conforme afirma MÉSZÁROS (Cf., 1995f e 1997), no último quartel do século XX o capital vem atravessando uma *crise estrutural*, a qual é determinada por uma série de contradições que não podem ser superadas pelo próprio sistema.

## 2. A gênese da Crise estrutural do capital

As crises de caráter não estrutural (cíclicas ou conjunturais), que constituem parte integrante da acumulação capitalista, acabam afetando apenas partes do complexo social, e por pior que possam ser suas manifestações, não colocam em xeque a sobrevivência do sistema.

A crise vivenciada a partir do último quartel do século XX é uma crise estrutural<sup>4</sup> porque abrange tudo, ela abarca todo o sistema, afetando a totalidade de um complexo social. Caracteriza-se como uma crise que prescinde das precipitações em grande escala, de “grandes tempestades” no estilo da Crise de 1929, por exemplo, cedendo lugar a pequenas oscilações e fases de recessão em depressão contínua (MÉSZÁROS, 1995f: 681). Ou seja, ela é estrutural porque afeta a totalidade de um complexo social, em todas as suas relações com as suas partes constituintes (subcomplexos ou outros complexos as quais se relaciona), colocando em risco “a sobrevivência contínua da estrutura global” (op. cit. 681).

Nas crises cíclicas ou conjunturais, as contradições podem ser deslocadas ou ajustadas se a crise for parcial, necessitando apenas de mudanças no interior do complexo em particular. No entanto, na medida que as várias opções de ajustes no interior de cada complexo em particular começam a esgotar-se, nem mesmo o caráter interdependente do complexo social consegue prevenir a sua desintegração estrutural final. Então, como destaca MÉSZÁROS, “A

---

<sup>4</sup> De acordo com COGGIOLA “A crise que afeta a economia mundial há mais de duas décadas tem por base a crise do capital, que possui características estruturais. Isso significa: 1) Que se trata de uma crise da relação social entre capitalistas e trabalhadores assalariados, personificada pelo capital, crise da realização da mais-valia (ou seja, da auto-valorização do capital) que implica na queda tendencial da taxa de lucro do capital em seu conjunto; 2) Que não se trata de uma crise conjuntural ou cíclica, como aquelas que no pós-guerra chamadas de recessões (1948-49; 1952-53; 1957-58; 1960-61; 1966-67; 1970-71), mas de uma crise que atinge limitações estruturais profundas do capitalismo na atual etapa histórica: no pós-guerra o capital usou a fundo as possibilidades do gasto armamentista, do desenvolvimento parasitário, da formação de capital fictício, do desenvolvimento artificial das nações atrasadas com vistas à criação de mercados para exportar seus capitais e mercadorias. O capital fez isto de modo sistemático e esgotou seus recursos neste plano” (1998: 317).

'rastejante', mas que avança implacavelmente, crise estrutural, só pode ser apreendida como um processo contraditório de ajustes recíprocos (um tipo de 'guerra de atrito'), que apenas pode ser levada a uma conclusão por um longo e doloroso processo de reestruturação radical inevitavelmente atado às suas próprias contradições" (MÉSZÁROS, 1995f: 682).

A crise estrutural refere-se à perturbações em escala cada vez mais crescente na interação das dimensões internas fundamentais do capital: **produção, consumo e circulação/distribuição/ realização**. Estas formam, inicialmente, uma unidade contraditória, submetendo-se uma à outra com o objetivo de fazer funcionar o complexo global.

A crise estrutural do capital não está relacionada aos limites imediatos de uma destas dimensões, mas relacionada aos seus últimos limites – ou limites absolutos<sup>5</sup>. Assim, as três superam suas limitações imediatas em virtude da interação que estabelecem uma em relação à outra – como por exemplo, a "*barreira imediata para a produção é positivamente superada pela expansão do consumo e vice-versa*" (MÉSZÁROS, 1995f: 683) – e as contradições imediatas acabam adquirindo um caráter de meras barreiras a serem transcendidas<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Segundo MÉSZÁROS os "**Limites relativos do sistema são aqueles que podem ser superados expandindo-se progressivamente a margem e a eficiência produtiva da ação socioeconômica, minimizando, dessa maneira, por enquanto, os efeitos nocivos, que surgem a partir da (e são por ela contidos) estrutura causal fundamental do capital. Abordar os limites absolutos do capital, por contraste, inevitavelmente traz à tona a própria estrutura causal. Conseqüentemente, para transpor esses limites, com sucesso, seria preciso adotar estratégias reprodutivas, que, mais cedo ou mais tarde, iriam destruir por completo a viabilidade do sistema de capital como tal. Não é surpreendente, portanto, que esse sistema de reprodução social deva, a todo custo, confinar seus esforços remedialores à modificação parcial, estruturalmente compatível, dos efeitos e conseqüências de seu modo de operação, ignorando absolutamente suas bases causais – mesmo nas crises mais severas**" (1995a: 06).

<sup>6</sup> MÉSZÁROS discute a respeito dos limites absolutos do capital o seguinte: "*...O capital move-se constantemente (ou fortemente) através de todos os obstáculos e barreiras com os quais historicamente tem se confrontado, adotando até as formas de controle mais surpreendentes e intrigantes (...) se as condições assim o exigirem. Assim é, de fato, como o sistema do capital constantemente redefine e expande seus próprios limites relativos, seguindo seu curso sob circunstâncias mutantes, precisamente para manter o mais alto grau possível de extração de mão de obra excedente, que constitui sua razão de ser histórica e seu modo de funcionamento real. Além disso, o modo de extração de mão-de-obra excedente, historicamente bem sucedido, do capital (...) pode, também se afirmar como a medida absoluta de 'eficiência econômica' [e] (...) De fato, ao se colocar como a medida absoluta de todas as realizações alcançáveis e admissíveis, o capital também pode esconder com sucesso, o fato de que somente um certo tipo de benefício pode ser alcançado através do eficiente modo de extração de mão de obra excedente do capital – e, mesmo assim, sempre à custa dos produtores. [Então], somente quando os limites absolutos das determinações estruturais mais profundas do capital são trazidos à tona, podemos falar de uma crise emanando da eficiência deficiente e da insuficiência assistadora da própria extração de mão-de-obra excedente, com implicações de longo alcance para os prospectos de sobrevivência do sistema de capital como tal*" (1995a: 04).

Então, enquanto houver possibilidades de deslocamento das contradições inerentes a cada uma das dimensões internas do capital, e portanto, continuar funcionando sua auto expansão não haverá uma crise estrutural. As contradições podem afetar diretamente qualquer uma das dimensões e indiretamente o sistema capitalista sem pôr em questão os últimos limites, ou colocar em risco a estrutura global (MÉSZÁROS, 1995f: 683). As crises cíclicas podem ser caracterizadas, portanto, pelos obstáculos ou barreiras localizadas nas dimensões "individualizadas" do capital, em que o seu deslocamento para outra dimensão não só é possível, como necessária. Neste sentido, uma superprodução de mercadorias (dimensão da realização), por exemplo, pode ser deslocada para a dimensão da circulação ou da produção, ou seja, é possível para o capital 'criar saídas' como destruir mercadorias em estoque, bem como, reduzir ou paralisar a produção de determinadas mercadorias, iniciando assim um processo de recessão e, portanto, de restrição do consumo (dimensão da realização do capital).

Mas na medida em que os interesses de cada uma das dimensões deixam de coincidir, criando autonomia de uma em relação à outra, as disfunções passam a ser cumulativas, e portanto, estruturais, bloqueando os mecanismos de deslocamento das contradições do capital. Assim, nas palavras de MÉSZÁROS: "... o crescente bloqueio no deslocamento e exportação das contradições internas do capital é tão perigoso e potencialmente explosivo" (*Ibid.*, p. 684).

O teor da novidade histórica da crise estrutural, de acordo com MÉSZÁROS, (*Ibid.*, p. 680), se manifesta em quatro aspectos fundamentais:

- a) O seu caráter universal, na medida que não está restrita apenas a esfera deste ou daquele ramo particular da produção, mas reflete-se na totalidade de um complexo social.
- b) É global, não se limitando apenas a um país, ou alguns países, em particular.

- c) Deixa de ser cíclica, passando a ser permanente, extensa, contínua, sem picos de recuperação, apenas com estabilidade de curta duração. E por último, como já assinalado acima:
- d) seu desdobramento, ao contrário de grandes colapsos do passado, passa a ser "rastejante", de caráter contínuo, entretanto sem deixarmos de considerar a possibilidade de, no devir histórico, surgirem violentas erupções.

A crise estrutural está diretamente relacionada às dimensões internas do capital e nelas têm sua origem. Assim, ao analisar-se a crise estrutural do capital é preciso não se ater a sua aparência, considerando como crise estrutural o mau funcionamento de cada uma das dimensões dadas isoladamente, como se isto fosse a crise fundamental<sup>7</sup>. Assim, é necessário certo cuidado para não confundir as conseqüências com as suas causas.

É neste sentido que BRENNER (1999) destaca duas argumentações que demonstram uma análise superficial e parcial da crise do capital confundindo suas conseqüências com as suas causas. De um lado, estão importantes economistas estadunidenses argumentando que a desregulamentação dos movimentos do capital é o elemento responsável pela crise internacional. De outro lado, está à esquerda contra-argumentando que o problema da crise está no programa neoliberal do qual a desregulamentação dos movimentos do capital de curto prazo é parte, e vem se fortalecendo desde a década de 70. Ou seja, é a dominação do capital financeiro, que por meio das políticas neoliberais tem sua lucratividade garantida (Cf. 1999: 10-12).

Segundo o autor, esta análise, apesar de fazer sentido, pode ser equivocada na medida que deixa de fazer uma contextualização maior do problema. Para ele, "*a ascensão do capital financeiro e do neoliberalismo deve ser vista muito mais como conseqüência do que causa da*

---

<sup>7</sup> Segundo MÉSZÁROS, "Não é muito difícil imaginar as implicações de uma crise sistêmica, verdadeiramente estrutural. Isto é, uma crise que afete o sistema do capital global, não simplesmente sob um dos seus aspectos – o financeiro monetário, por exemplo – mas em todas as suas dimensões fundamentais, questionando sua viabilidade como um todo, enquanto um sistema social reprodutivo" (1995a: 03).



*crise econômica internacional – mesmo que elas a tenham exacerbado significativamente”*

(*Ibid.*, p. 12). Portanto,

a crise, por sua vez, tem suas raízes profundas numa crise secular da lucratividade que resultou do excesso constante de capacidade e de produção do setor manufatureiro internacional. Em primeiro lugar, o grande deslocamento do capital para as finanças foi a consequência da incapacidade da economia real, especialmente das indústrias de transformação, de proporcionar uma taxa de lucro adequada. Assim, a aparição do excesso de capacidade e de produção, acarretando perda de lucratividade nas indústrias de transformação a partir do final de 1960, foi a raiz do crescimento acelerado do capital financeiro a partir do final da década de 1970 (BRENNER, 1999: 12).

Dito de outra forma, na medida em que há uma estagnação da dimensão produtiva, há um deslocamento da suas contradições para a esfera da circulação (capital financeiro), dando uma aparente solução para a sua contradição interna. Porém, na medida em que a esfera da circulação se autonomiza da esfera da produção e vice-versa, e por sua vez, estas esferas (circulação e produção) se autonomizam da esfera da realização, as possibilidades de absorção das contradições internas de uma esfera pela outra vão se limitando de forma constante gerando, por consequência, a crise estrutural.

A crise estrutural tem sua origem na tendência decrescente da taxa de lucro, na incapacidade do capital de se reproduzir em escala ampliada, com taxas de lucratividade adequadas aos seus investimentos. Com o aprofundamento da crise de valorização do capital, todo o processo de regulamentação do pós-guerra que vigorava nos países desenvolvidos começou a se desmantelar. A política keynesiana pós-guerra e seus reflexos até a década de 90 foram incapazes de garantir a restauração da lucratividade para o processo de acumulação capitalista. Desta forma, o autodenominado programa neoliberal, com restrição de crédito e equilíbrio orçamentário, dinamizado pela necessidade de recuperar a lucratividade do sistema capitalista, aflorou de duas maneiras: “(1) aumentando o desemprego, para enfraquecer o trabalho e reduzir o crescimento salarial; 2) forçando um rearranjo no conjunto de firmas de custos elevados e lucros baixos, para deixar apenas empresas de custos baixos e lucros

*altos no controle dos mercados, elevando, assim, a taxa média de lucro*” (BRENNER, 1999: 12).

Ainda segundo BRENNER “...mesmo que a ascensão do capital financeiro e do neoliberalismo deva ser entendida mais como consequência do que como causas da estagnação e instabilidade econômica de longa duração, a adoção integral do programa neoliberal no âmbito de todo o sistema teve um papel fundamental na determinação da transição dos problemas de lucratividade de longa duração e da estagnação secular para a intensa crise atual” (*Ibid.*, p.12).

Portanto, a crise estrutural, que se expressa nos anos 70, não pode ser analisada do ponto de vista apenas de uma das dimensões internas do capital: esfera da circulação (capital financeiro) ou mesmo da esfera política ou de dominação (programa neoliberal). A crise estrutural do sistema do capital deve ser compreendida a partir da crise da esfera da produção. Isto é, da “*compressão dos lucros do setor manufatureiro*”, que desloca suas contradições para a esfera da circulação, decorrentes do excesso de capacidade e de produção fabril gerada pela competitividade internacional (*op. cit.* p. 13). Assim,

Foi a grande queda de lucratividade dos EUA, Alemanha, Japão e do mundo como um todo – e sua incapacidade de recuperação – a responsável pela redução secular das taxas de acumulação de capital, que são a raiz da estagnação econômica de longa duração ao longo do último quartel de século. As baixas taxas de acumulação de capital acarretaram índices baixos de crescimento da produção e da produtividade: níveis reduzidos de crescimento da produtividade redundaram em percentuais baixos de aumento salarial. O crescimento do desemprego resultou do baixo aumento da produção e do investimento (BRENNER, 1999: 13).

Numa análise mais totalizante, pode-se dimensionar a crise do capital na contemporaneidade, não apenas como mais “uma crise do capital”, mas como uma crise estrutural, porque esta atinge o sistema na sua totalidade complexa, dificultando as possibilidades de superação para a continuidade “saudável” do capital.

Neste sentido, não se trata de afirmarmos que o capital "finalmente" chegou a sua crise terminal e inexorável, ao contrário, existem condições que possibilitam a continuidade do sistema. As condições necessárias para que o capital possa administrar suas crises estão diretamente associadas a importantes contradições que "*afetam os problemas internos dos vários sistemas envolvidos*" (Cf. 1995f: 692), como também a relação entre estes. MÉSZÁROS resume estas contradições associadas as seguintes condições contemporâneas da acumulação capitalista:

- 1) As contradições socioeconômicas internas do capital "avançado", que se manifestam no desenvolvimento cada vez mais desequilibrado sob o controle direto ou indireto do "complexo industrial-militar" e o sistema de corporações transnacionais;
- 2) As contradições sociais, econômicas e políticas das sociedades pós-capitalistas<sup>8</sup>, tanto internamente quanto em relação uma com a outra, que conduzem às suas desintegrações e deste modo à intensificação da crise estrutural do sistema global do capital;
- 3) As rivalidades, tensões e contradições crescentes entre os países capitalistas mais importantes, tanto no interior dos vários sistemas regionais quanto entre eles, colocando enorme tensão na estrutura institucional estabelecida (da comunidade Européia ao sistema Monetário internacional) e pressagiando o espectro de uma devastadora guerra comercial;
- 4) As dificuldades crescentes para manter o sistema neocolonial de dominação estabelecido (do Irã à África, do Sudeste Asiático à Ásia Oriental, da América Central à do Sul), ao lado das contradições geradas dentro dos países "metropolitanos" pelas unidades de produção estabelecidas e administradas por capitais "expatriados" (*Ibid.*, p. 692).

Diante da complexidade de tais contradições demonstradas pelo movimento histórico da acumulação capitalista, o capital desenvolve sua acumulação pela chamada "*linha de menor resistência*", encontrando as condições contrárias à queda tendencial da sua taxa de lucro. Apesar destas contradições estarem chegando aos seus últimos limites, na medida em que estão se agravando, continuam se apresentando como condições contrárias à queda da taxa de lucro, mas a superação da crise estrutural passa pela criação de outras condições de desenvolvimento do capital deslocadas das contradições acima mencionadas.

<sup>8</sup> Mézáros refere-se aos países da ex-União soviética.

A ausência de parâmetros capitalistas críticos ao atual processo de acumulação indica que o deslocamento das condições de desenvolvimento da acumulação capitalista, fora das contradições acima não ocorrerá. Mesmo sendo potencialmente possível a criação de novas condições para a continuidade da acumulação capitalista, a crise estrutural aponta para um possível esgotamento das alternativas do próprio capital. Sendo assim, as inúmeras contradições advindas destas condições que se complexificam no desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, demonstram como tendência a intensificação dos antagonismos ao contrário de sua diminuição. A severidade da crise se intensifica na medida em que a intervenção fica restrita à esfera dos efeitos, tornando impossível deter suas causas (Cf. MÉSZAROS, 1996b e 1995a).

Portanto, a crise que o capital atravessa na atualidade abarca todas as dimensões fundamentais do seu funcionamento, tendo sua origem na base econômica da sociedade capitalista, e atingindo todas as esferas do sistema: econômica, social e política. Usando as palavras de MARX, "*o modo de produção social condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral*" (Cf. 1974b: 130). Assim, não pode ser ignorado o fato de que a crise estrutural do capital se revela também "*como uma verdadeira crise de dominação em geral do capital*", ou melhor dizendo, se reflete também na dimensão das instituições políticas (MÉSZÁROS, 1995f: 684).

---

<sup>9</sup> Ver sobre a crise de dominação no terceiro capítulo deste trabalho.

## CAPÍTULO II

### METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO: DA CRISE ESTRUTURAL À CRISE DE DOMINAÇÃO

**A**s transformações implementadas pelo sistema capitalista na esfera da produção têm seus reflexos no processo de dominação do capital, que ao passar primeiramente pela esfera da produção vai dominando todas as esferas da vida social global.

A competição que impera no mercado do trabalho em função do medo da perda do emprego, assim como a volta ao individualismo exacerbado, resultado das recompensas individuais de tipo “operários padrão” ao invés das coletivas, passam a fazer parte não só do novo modo de trabalhar (Cf. NETO, 1998: 94-5) como do novo modo de viver a vida. Como vivemos numa sociedade em que é o trabalho o responsável pela produção de riquezas e, portanto, pelo enriquecimento da classe que explora o trabalho de outra, seria no mínimo estranho que os “valores” consolidados no processo de valorização do capital não se espalhassem pelas outras esferas da vida, reduzindo tudo a uma questão de mercado<sup>10</sup>. Assim, nos dias atuais, questões como a educação, a produção artística, a luta pela emancipação das mulheres, a discussão das questões ecológicas, e muitas outras, são submetidas e reduzidas à

---

<sup>10</sup> Como bem enfatiza MÉSZÁROS, o capital é uma estrutura de controle “totalizadora” das mais poderosas no curso da história: “Não se pode imaginar um sistema de controle mais ‘devorador’ (que atrai tudo para si) – e, nesse sentido, ‘totalitário’ – que o sistema capitalista globalmente dominante. Porque este, sutilmente, sujeita a saúde, não menos do que o comércio, a educação, não menos que a indústria manufatureira, aos mesmos imperativos, cruelmente superimpondo a tudo seu próprio critério de viabilidade, desde as menores unidades de seu ‘microcosmo’ aos mais gigantescos empreendimentos internacionais, e das relações pessoais mais íntimas aos mais complexos processo de tomada de decisões dos monopólios industriais, sempre favorecendo o forte contra o fraco” (MÉSZÁROS, 1995a: 01).

lógica do 'livre mercado' – livre da crítica, da organização e do enfrentamento dos trabalhadores.

### *1. A intensificação da exploração da força de trabalho*

As transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas vêm exercendo papel estratégico à acumulação capitalista, qual seja de deslocar no âmbito da produção sua grande contradição: o aumento do capital constante em detrimento do capital variável cujo resultado é a diminuição do valor das mercadorias. Trata-se da intensificação da exploração da força de trabalho ao implementar processos de trabalho que articulam inovações tecnológicas<sup>11</sup> com novas formas de organização e gestão de trabalho. Os desdobramentos de tal intensificação têm sido maior disciplina, atenção e dedicação dos trabalhadores em prol do capital, facilitando a este combinar longas jornadas de trabalho, salários em queda e intensificação do ritmo de trabalho e, conseqüentemente, contra-restar a queda da sua taxa de lucro.

O sistema do capital busca atenuar momentaneamente sua crise estrutural iniciando um processo de reorganização e reestruturação produtiva. Passa a criar/recriar formas mais adequadas de extração de trabalho excedente e instrumentos de pressão, que impliquem num maior controle dos trabalhadores empregados no processo de produção. Desta maneira, possibilita a continuidade do seu processo de acumulação e expansão.

---

<sup>11</sup> Como nos diz COGGIOLA "A questão das novas tecnologias deve ser vista, no quadro da crise histórica mais profunda do capitalismo, como uma tentativa extrema do capital se adaptar às condições de sua própria crise e, ao mesmo tempo, de sair dela através do único método que o capital conhece: a recomposição da taxa de lucros por meio do aumento da mais-valia, ou seja, por meio do aumento da exploração do proletariado. No quadro capitalista, (...) as novas tecnologias não sinalizam a tendência para o 'fim da sociedade do trabalho', mas a tendência para a superexploração da classe operária" (1995: 125).

capitalismo, a partir do início da década de 70, "começou a dar os seus sinais críticos", evidenciado em questões como:

- a) a queda da taxa de lucro, causada pelos salários altos, conquistados durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que de maneira conjugada fizeram retrair os níveis de produtividade do capital;
- b) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção que se incompatibilizava com a retração do consumo, consequência do desemprego crônico que já se iniciava;
- c) a relativa autonomização da esfera financeira frente aos capitais produtivos que colocava o capital financeiro como prioritário para a especulação;
- d) uma maior concentração de capitais decorrente das fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas;
- e) crise do Estado de bem-estar social desencadeando uma crise fiscal do Estado e a necessidade da diminuição dos gastos públicos e;
- f) finalmente, um aumento nas privatizações, na flexibilização do mercado, dos processos produtivos e da força de trabalho (Cf. ANTUNES, 2000b: 29-30).

Para ANTUNES, a crise do binômio taylorismo/fordismo e do keynesianismo, na verdade, era a expressão fenomênica de algo muito mais complexo,<sup>14</sup> ou seja, da crise estrutural do capital (Cf. *ibid.*, p. 31) que se expressava na tendência decrescente da taxa de lucros causados pelas questões expostas acima, e que acabou impondo a necessidade de saídas para a crise do capital.

---

<sup>14</sup> Esta é uma visão que se contrapõe àquela que afirma ser "a crise, em primeiro lugar, uma crise do modo de organização interna do processo de trabalho" (Cf. AGLIETTA apud TEIXEIRA, 1998: 58). Ou seja, opõe-se àqueles que separam a crise do processo de valorização, para situá-la no processo de trabalho, conforme esclarece COGGIOLA: "Para isso, foi necessário apresentar o capitalismo como um modo de produção cujas etapas se definiam a partir do processo de trabalho, e não da unidade do processo de trabalho e processo de valorização" (1995: 128).

É como resposta histórica à crise estrutural (que começa a se expressar no início da década de 70) que o modo de produção capitalista vai iniciar um processo de reorganização do capital e do seu sistema ideológico e político de dominação. *“...cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal”*, [e] *“(...) um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vista a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores”* (ANTUNES, 2000b: 31).

ANTUNES enfatiza que, embora a crise do capital tivesse raízes mais profundas, as respostas limitaram-se à esfera fenomênica da crise, pois o que o capital fez foi reestruturar o padrão produtivo estruturado sobre o taylorismo/fordismo. Iniciou, portanto, uma mutação no padrão de acumulação e não no modo de produção, com objetivo de dinamizar o processo produtivo que então já apresentava sinais de esgotamento (*Ibid.*, p. 36). Tal esgotamento se expressava não somente na estagnação das taxas de lucro do capital, como também no crescimento do movimento operário e suas constantes reivindicações no final dos anos 60 e início dos 70.

As revoltas do operário massa, para usar o termo de ANTUNES, eram o resultado da “era” taylorista/fordista, porque se num primeiro momento, *“...junto com o processo de trabalho taylorista fordista erigiu-se, particularmente durante o pós guerra, um sistema de ‘compromisso’ e de ‘regulação’ que, limitado a uma parcela dos países capitalistas avançados, oferecia a ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser efetiva, duradoura e definitivamente controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado”* (ANTUNES, 2000b: 38), que acabava “compensando”, pelo crescimento do poder de compra, a primeira geração do operário massa. Num momento posterior, a segunda geração não quis viver desta ilusão, desencadeando então,



Neste sentido, a forma que o capital buscou para remover as barreiras criadas pelo “modelo” fordista/taylorista (tais como as discutidas acima: esgotamento de acumulação e intensificação da resistência da classe trabalhadora), foi concretizar a maior desregulamentação possível da economia (Cf. NETO, 1998: 79).

A política econômica sofreu uma “virada” neoliberal na perspectiva de “*criar as condições para a reestruturação capitalista global*” (Ibid., p. 79) e assim, superar sua queda de lucratividade. Desta forma, o modo de produção capitalista, enquanto sistema totalizante de relações materiais e sociais no intento de recuperar o seu controle sobre o trabalho, por um lado, vai ‘criando valores’ como, por exemplo, o alarde do significado ‘natural’ e ‘inevitável’ do desemprego na contemporaneidade; e por outro, vai buscando enfraquecer o trabalho organizado através da fragilização dos sindicatos (Cf. NETO, 1998: 78-79). Assim, “*se a moderna sociedade do capital não se apóia exclusivamente em puras relações mercantis, é porque contém determinações sociais que permitem ao sistema seguir mantendo a dominação de classe. De tal modo que a produção não é só produção material e processo de valorização, é também reprodução histórica dos pressupostos da dominação*” (Ibid., p. 83).

A partir desta análise é possível visualizar as novas determinidades histórico-sociais, para usar um termo de NETO, das metamorfoses do mundo do trabalho que, na atualidade, representam tentativas de recuperação do padrão de acumulação anterior (pautado no taylorismo/fordismo que vigorou até os anos 70) e, fundamentalmente, caracteriza uma tentativa de resposta histórica do capital à sua crise estrutural.

As políticas de cunho neoliberal que passam a ajustar o mercado de trabalho, se constituem, então, num pressuposto para o deslocamento das contradições que agudizam a crise estrutural do capital, pois permite a este, além da intensificação da exploração da força de trabalho, maior domínio sobre a classe trabalhadora. Este domínio ocorre na medida em que passa a haver um ajustamento neoliberal do mercado de trabalho, fundamentado na

## 1.1 As 'novas' formas de acumulação do capital

Com o processo de recessão, a partir da década de 70, que já se configurava como a expressão da crise estrutural do capital, este vai buscar formas de deslocar ou burlar as contradições surgidas na interação das suas dimensões internas – **dimensão da produção, consumo e circulação/distribuição/realização** - para possibilitar a recuperação dos patamares de acumulação anteriores.

Diante da estagnação econômica e da intensificação da resistência da classe trabalhadora o capital vai implementando um processo de reestruturação do processo produtivo ao mesmo tempo em que vai "... [repondo] *seu projeto de dominação societal...*" (Cf. ANTUNES, 2000b: 47). É neste contexto histórico que passam a ocorrer modificações no sistema de produção capitalista, chamado por alguns como "regime de acumulação flexível", "...do qual são características, a nova 'divisão de mercados, o desemprego, a divisão global do trabalho, o capital volátil, o fechamento de unidades, a reorganização financeira e tecnológica,' entre tantas mutações que marcam essa nova fase da produção capitalista (HARVEY, 1996: 363-4 apud ANTUNES, 2000b: 50).

Tal regime de acumulação flexível<sup>15</sup>, segundo ANTUNES,

.... articula um conjunto de elementos de *continuidade* e de *descontinuidade* que acabam por conformar algo *relativamente* distinto do padrão taylorista/fordista de

---

<sup>15</sup> ANTUNES fala da experiência do "toyotismo" ou modelo japonês, se diferenciando do binômio taylorismo/fordismo e que teve uma maior repercussão no mundo ocidental, mesmo sendo adaptado às diferenças e realidades específicas de cada país que o adota. O sistema industrial japonês foi visto pelos capitais do ocidente como uma alternativa de driblar a crise de acumulação. Segundo ANTUNES, "*O toyotismo (ou ohnismo, de Ohno, engenheiro que o criou na fábrica Toyota), como via japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial, é uma forma de organização do trabalho que nasce na Toyota, no Japão pós-45, e que, muito rapidamente, se propaga para as grandes companhias daquele país*" (2000: 54).

acumulação<sup>16</sup>. Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo freqüentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das 'células de produção', dos 'times de trabalho', dos grupos 'semi-autônomos', além de requerer, ao menos no plano discursivo, o 'envolvimento participativo' dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado. O 'trabalho polivalente', 'multifuncional', 'qualificado', combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho (2000b: 52).

Em suma, tais modificações no processo produtivo têm como finalidade essencial a intensificação da exploração da força de trabalho, que apresenta como decorrência o desemprego, a precarização do mercado de trabalho, a terceirização, a desregulamentação dos direitos do trabalho, a fragmentação da classe trabalhadora, a destruição dos sindicatos. As mutações do mundo do trabalho neste fim de século, configuram-se como instrumentos que contribuem para a reestruturação capitalista ao exercerem o poder de atenuar momentaneamente a crise estrutural do capital. Mas, ao mesmo tempo, fazem parte de uma processualidade contraditória na medida em que também caracterizam o aprofundamento dela.

Essas mutações do mundo do trabalho caracterizam o aprofundamento da crise estrutural, porque os capitalistas ao intensificarem o processo de trabalho são constringidos a investirem mais em capital constante do que em capital variável, já que a intensificação do processo de trabalho depende do incremento nos meios de produção, tendendo a uma queda

<sup>16</sup> Esta questão é bastante complexa e são muitas as pesquisas que demonstram que muitas empresas têm misturado características dos diversos "modelos", com o único objetivo de buscar intensificar a exploração da força de trabalho e, " (...) ao mesmo tempo, lograr uma vitória política sobre os trabalhadores, na medida em que conseguem conquistar suas mentes e corações, concomitante à neutralização e possível destruição de qualquer forma de organização destes, principalmente aquelas de cunho mais combativo. Isto explica porque não tem sido possível encontrar um padrão produtivo único ou mesmo uniforme nos vários países capitalistas, nem entre as próprias empresas e nem mesmo no interior delas. Na verdade, as empresas capitalista vêm buscando a combinação mais adequada de 'modelos produtivos', de acordo com as características de conjuntura - situação do país ou região onde estão instaladas, perfil da força de trabalho, histórico das lutas e formas de organização dos trabalhadores, etc - com o propósito de atingir os objetivos supra- expostos" (TUMOLO, 1999: 87-88).

da taxa de lucro. Ao mesmo tempo, os capitalistas são forçados pela competitividade, a investirem mais em capital constante do que em capital variável, acarretando desta forma uma diminuição do valor unitário das mercadorias, ocasionando àqueles que assim procederem a primeiro uma maior lucratividade em relação aos outros capitalistas. No entanto, estas condições são anuladas assim que outros capitalistas implementam as mesmas inovações. Na medida que o processo se reinicia continuamente de maneira ininterrupta, destaca-se a contradição inerente do modo de produção capitalista, qual seja, da queda tendencial, da taxa de lucro (Cf. TUMOLO, 1998: 85).

Desta maneira, o capital vai implementando, adequando e readequando, de maneira desigual, porém sincronizado com seus interesses, os elementos necessários para o deslocamento das suas contradições iminentes que obstaculizam o seu processo de acumulação, pouco importando as conseqüências avassaladoras dos elementos usados para a 'recuperação' (efêmera) do seu processo de crise. Como o próprio ANTUNES enfatiza, "*Pela própria lógica que conduz essas tendências (que, em verdade, são respostas do capital à sua crise estrutural) acentuam-se os elementos destrutivos*" (2000: 34) – como teremos a oportunidade de constatar no terceiro capítulo deste trabalho – pois o capital quando se depara com os seus limites imediatos não escolhe nem mesmo o lugar para o deslocamento das suas contradições. Conforme nos fala MÉSZÁROS,

...o capital, quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço, e não consegue simultaneamente encontrar canais para nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves conseqüências da deterioração da taxa de lucro. De fato, as classes trabalhadoras de algumas das mais desenvolvidas sociedades 'pós-industriais' estão experimentando uma amostra da real perniciosidade do capital 'liberal' (1993a: 63).

A intensificação do processo de trabalho associado a uma significativa redução dos salários, com o objetivo de ampliar a expropriação de trabalho excedente e conseqüentemente

contra-restar a queda da taxa de lucro do capital, longe de ser a solução final para a crise estrutural do capital, indica que não é mais possível o deslocamento das contradições do capital no âmbito individual das suas dimensões internas. Pois, ao impor estas condições (intensificação do processo de trabalho e baixos salários) o capital amplia o exército industrial de reserva, dificultando o processo de realização das mercadorias, já que um número menor de trabalhadores estará em condições de consumir. Além disto, a intensificação do processo de trabalho dá-se pela adoção de inovações tecnológicas, que implicam num aumento da composição orgânica do capital, podendo ocasionar uma diminuição do valor das mercadorias e conseqüentemente uma redução nos níveis de lucratividade do capital. Tais elementos inerentes ao desenvolvimento do sistema do capital vêm reafirmar o seu caráter contraditório e autodestrutivo, demonstrando que este sistema esgota o curso de seu desenvolvimento histórico<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> MÉSZÁROS acena para este esgotamento do capital na contemporaneidade, visão da qual compartilhamos: *"Reforme especificamente à exatidão de uma fase histórica: não à transformação de uma ordem de metabolismo social a outra completamente diferente, o que é um processo extremamente difícil e tão lento quanto for a capacidade do movimento revolucionário em se reestruturar. Na medida em que, ao contrário do que diz o mito da direita radical, o sistema do capital não consiste num mecanismo, mas num conjunto de relações sociais, de dominação e subordinação, a sua crise também não é mecanicamente remediável"* (1997: 153).

## 2. *As contradições no mundo do trabalho na era do capitalismo 'avançado'*

As formas "alternativas" que o capital encontra para frear ou neutralizar momentaneamente a queda da sua taxa de lucro acabam por caracterizar um quadro de análise bastante complexo da realidade nas últimas décadas, indicando um aprofundamento da crise estrutural do capital, que se apresenta como uma crise rastejante, sem grandes precipitações, mas com suas contradições agudizadas.

O papel do trabalho para o universo do capital vem a ser sua contradição potencialmente mais explosiva – para usar uma expressão de MÉSZÁROS – pois, como já assinalado anteriormente, com alterações na composição orgânica do capital, consequência do alto nível da produtividade social do trabalho, tem-se uma redução da quantidade de trabalho vivo em relação ao montante de trabalho já objetivado.

Esta redução do trabalho vivo (capital variável) não só contribui para a queda da taxa de lucro do capital – criando problemas na dimensão da produção – como também causa problemas à esfera da 'realização'. Isto porque a força de trabalho (do ponto de vista do capital) não é apenas um 'fator de produção', mas também 'massa consumidora', aspecto fundamental para completar o ciclo normal da reprodução do capital (MÉSZÁROS, 1996b: 92).

Portanto, este modo de produção faz dos "*seres humanos ao mesmo tempo, absolutamente necessários e totalmente supérfluos*" (MÉSZÁROS, 1995f: 686). Absolutamente necessários porque apenas os seres humanos produzem valor, e totalmente supérfluos porque o desemprego crônico atingiu uma forma histórica inédita, peculiar a atual fase do capital.

Por isso, o alto índice de desemprego na contemporaneidade é um importante elemento que reflete a profundidade da crise do capital. Entretanto, é necessário a seguinte observação: o desemprego não é uma anormalidade do modo de produção capitalista, ou tão pouco uma novidade de nossa época. MARX já alertou há mais de um século que o avanço das forças produtivas, elemento fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, traz como consequência um crescente exército industrial de reserva, porque se eleva mais rapidamente a oferta de força de trabalho do que a demanda por trabalhadores. Esta situação passa a exercer uma relação de pressão mútua entre empregados e desempregados pois possibilita, a partir do sobretabalho criado pelos trabalhadores ocupados - na medida que aumentam o ritmo do seu trabalho -, a dispensa de trabalhadores, resultando num crescimento do exército industrial de reserva ou de uma superpopulação relativa. Enquanto que, inversamente, este exército industrial de reserva na medida que cresce, estabelece maior pressão sobre os trabalhadores ocupados forçando-os a mais sobretabalho e a uma maior subordinação às regras estabelecidas pelo capital. Esta massa de desempregados acaba pressionando os salários para baixo permitindo uma maior taxa de mais-valia que é, afinal, a base do lucro capitalista.

O desemprego se constitui em um elemento imanente<sup>18</sup> e dinamizador do modo de produção capitalista, ou seja, a lógica da valorização do capital requer um exército industrial de reserva para sugar mais trabalho dos trabalhadores ocupados, aumentar o controle sobre eles e manter cada vez mais baixos os seus salários. Mas, mesmo sendo o exército industrial de reserva um elemento dinamizador do modo de produção capitalista, o crescimento do desemprego nos dias atuais pode ser um indicador elucidativo da crise estrutural do sistema do capital. O desemprego é *"... uma tendência sócio econômica que adquire um caráter de*

---

<sup>18</sup> É importante ressaltar que o desemprego ao fazer parte do dinamismo do capital não pode ser considerado como um "fenômeno natural", portanto aceitável, ao contrário, este é resultado das relações sociais produzidas pelo sistema capitalista.

*indicador do aprofundamento da crise estrutural do capital*" (MÉSZÁROS, 1993a: 61). Principalmente, porque ele não atinge mais apenas os "bolsões do subdesenvolvimento", ou seja, não está restrito apenas aos chamados países do "terceiro mundo", mas também vem crescendo nos países desenvolvidos; ao mesmo tempo em que o emprego vem adquirindo um caráter precário e parcial. Além do que, o resultado dessa tendência também não está mais restrito ao trabalhador desqualificado, mas vem crescentemente atingindo trabalhadores com níveis altíssimos de qualificação (*Cf. ibid.*, 61-62). E ainda, apesar do alto nível de produtividade e desenvolvimento tecnológico num patamar que jamais se viu historicamente, está havendo um aumento da jornada de trabalho em países como o Japão e a Inglaterra, por exemplo, contrariando todas as possibilidades concretas de uma redução da jornada de trabalho (*Cf. ANTUNES, 2000b: 33*).

Como consequência dessa tendência estamos vivendo uma era de destruição em escala crescente das forças produtivas, afetando não só as pessoas "desprivilegiadas" da sociedade, mas todos aqueles que vivem da venda da sua força de trabalho. Este tem sido o movimento do capital, que *"transforma até mesmo as últimas conquistas do desenvolvimento, da 'racionalização' e da modernização em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico"* (MÉSZÁROS, 1993a: 61).

Estamos, portanto, diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista em que o crescente desenvolvimento social do trabalho colide com sua base material: o crescente caráter social da dinâmica da produção capitalista e a apropriação privada dos meios e resultados da produção, vêm demonstrando que os limites do capital encontram-se no próprio capital. Como assinalou MARX, já há bastante tempo, o capital se patenteia força social e é a contradição viva:

... a acumulação crescente de capital redonda em concentração crescente. Assim aumenta a força do capital, a autonomia em relação aos produtores reais,



personificada no capitalista, das condições sociais da produção. O capital cada vez mais se patenteia força social: tem o capitalista por agente e não se relaciona mais com o que pode criar o trabalho de cada indivíduo; mas, patenteia-se força social alienada, autônoma, que enfrenta a sociedade como coisa e como poder do capitalista por meio dessa coisa. A contradição entre a força social geral que o capital encarna e o poder privado dos diferentes capitalistas sobre essas condições sociais torna-se cada vez mais aguda e acarreta que se dissolva essa relação, e a dissolução implica que os meios de produção se tornem sociais, coletivos e gerais. Essa transformação está ligada ao desenvolvimento das forças produtivas na produção capitalista e à maneira como se efetua esse desenvolvimento (1991: 303).

Em suma, o capital precisa transpor seus limites imediatos da esfera da produção. A queda da sua lucratividade nas últimas décadas (pós-70) exige do sistema do capital a adoção de novas formas de controle para poder manter o mais alto grau possível de extração de mão de obra excedente, já que sua determinação *"mais profunda é orientada para a expansão e movida pela acumulação"* (Cf. MÉSZÁROS: 1995a: 01).

Desta forma, na medida em que o desemprego aparece como uma tendência socioeconômica e se caracteriza como um indicador da crise ele, contraditoriamente, acaba se apresentando também como uma possibilidade de deslocamento momentâneo das contradições do modo de produção capitalista.

De um lado, se caracteriza como um indicador da crise, porque a força de trabalho, como já discutimos anteriormente, não é apenas fator de produção mas também massa consumidora e, independente da vontade do capital, não é suficiente apenas a extração da mais-valia (na esfera da produção), para possibilitar a acumulação do capital, é necessário a realização dela no mercado, aspecto fundamental para completar o ciclo normal da reprodução capitalista. Como nos diz MARX,

... com a produção da mais valia encerra-se apenas o primeiro ato do processo capitalista de produção, o processo imediato de produção. O capital sugou determinada quantidade de trabalho não-pago. À medida que o processo se desenvolve, expressando-se na taxa cadente de lucro, expande-se imensamente a massa da mais-valia assim produzida. Começa então o segundo ato do processo. Tem de ser vendida toda a massa de mercadorias, todo o produto, tanto a parte que repõe o capital constante e o variável, quanto a que representa a mais-valia. Se não houver essa venda ou se ela apenas ocorrer em parte ou a preços que estejam

abaixo dos preços de produção, terá o trabalhador sido explorado, mas essa exploração não se concretizará em resultado para o capitalista, podendo estar ligada à realização nula ou parcial da mais-valia extorquida e mesmo em prejuízo parcial ou total do capital (1991: 281).

Por outro lado, o desemprego se apresenta como alternativa momentânea à crise estrutural do capital, porque na medida em que o exército industrial de reserva aumenta, cresce também o domínio do capital sobre o trabalho e, portanto, tornam-se maiores e mais eficazes as possibilidades de exploração da força de trabalho. Na medida em que se intensifica o processo de trabalho sob as mais variadas formas de exploração (redução de salários, aumento da jornada de trabalho, precarização, etc...) cria-se um mecanismo contrário à queda tendencial da taxa de lucro, pois, como vimos no primeiro capítulo, esta é uma forma eficiente do capital para possibilitar o crescimento da massa de lucro, decorrente do aumento do montante de trabalho não-pago expropriado pelo capital. De acordo com as palavras de NETO

É no seu papel estratégico que o desemprego aparece com toda força no atual contexto. Em condições de desemprego moderado, é difícil para as empresas combinarem longas jornadas de trabalho com salários reais em queda e com maior intensidade de trabalho. Essa dificuldade decorre tanto do fato de que os trabalhadores têm a opção da demissão voluntária, como também por conta da resistência organizada dos sindicatos. Além disso, a extrema adversidade das condições de trabalho pode tornar o operário passivo e indiferente (absenteísmo), criando um limite à intensificação do trabalho e à redução de "tempos mortos" (1998: 93).

Neste sentido, o desenvolvimento das forças produtivas ao mesmo tempo em que cria os elementos que aprofundam a crise estrutural do capital, também forja as condições para o movimento contrário à crise (possibilitando por determinado período uma taxa de lucro crescente).

Os processos de trabalho formam uma processualidade contraditória: de um lado, indicam uma ampliação da quantidade de trabalho morto (capital constante) – meios de

produção, instalações e matérias-primas – contribuindo para queda da taxa de lucro; de outro lado, demonstram uma intensificação da exploração da força de trabalho, aumentando a quantidade de trabalho novo (capital variável) apropriada pelo capital na forma de mais-valia, contrariando a queda da taxa de lucro. Ou seja, subindo a taxa de mais valia, se tem como consequência aumento da massa absoluta do lucro mesmo havendo aumento dos trabalhadores desempregados<sup>19</sup>.

Diante do desemprego crônico não podemos olvidar que ao mesmo tempo em que este expressa significativamente a crise estrutural do capital, também o reafirma enquanto relação social dominante. É neste sentido que muitos autores, em face do desemprego crônico e da redução dos trabalhadores fabris, vem afirmando que a teoria do valor não é mais central nas transformações do mundo do trabalho hoje. Ou seja, também na esfera da análise social, do desenvolvimento das ciências sociais, a crise do capital gera impactos desestruturantes. Importantes cientistas sociais e econômicos vêm deslocando o eixo de suas análises para categorias sociológicas que rejeitam o trabalho vivo como categoria fundante do modo de produção capitalista, dando lugar central à ciência e à tecnologia na produção de valor, justificadas pelo grande avanço da ciência e da técnica nos últimos anos, pelo crescimento do setor de serviços, redução do proletariado fabril e aumento do desemprego<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> É necessário certo cuidado ao proceder na análise do desemprego como fruto do desenvolvimento das forças produtivas. O desemprego não pode ser visto apenas como um resultado de um ajuste estrutural, consequência do desenvolvimento científico e tecnológico, que passa a poupar trabalho. Esta análise do desemprego na atualidade, que se configura num tipo de determinismo tecnológico, ampara-se na lógica de mercado, e busca expressar à classe trabalhadora que a única opção é aceitar o desemprego com “passividade” (Cf. NETO Meneleu, 1998: 76). Afinal, quem vai ser contra aos avanços que a ciência e a tecnologia permitem? Este tipo de “determinismo tecnológico”, de certa forma, esconde o caráter histórico e contraditório do modo de produção capitalista.

<sup>20</sup> Este tema é bastante complexo, além do que, foge um pouco do nosso campo de análise, por isso a intenção não é aprofundá-lo aqui, mas somente sinalizar para a relação da crise estrutural do capital que se expressa também como crise de dominação e impõe-se enquanto necessidade do capital de ter, no plano ideológico, seus defensores que sequer conseguem reconhecer (ou não querem) o seu caráter histórico e os seus limites imanentes, considerando-o como eterno, de validade universal e absolutamente inquestionável. Sobre este polêmico debate sobre a questão da centralidade do trabalho vale a pena conferir TEIXEIRA, F.J.S. (org.) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**. Cortez, 1998; ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho**. Boitempo, 2000; ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho**. Cortez, 1995; TUMULO, P. Trabalho: categoria sociológica chave? A necessária continuidade da discussão. *Universidade e Sociedade*, ano VII, nº 15, fevereiro de 1998; entre outros...

Tal análise pode incorrer no erro de partir da substituição do “modelo” taylorista/fordista pela acumulação flexível sem identificar o trabalho como elemento determinante da acumulação capitalista.

No entanto, ao contrário da perda da centralidade do trabalho, o que se vê nas últimas décadas é uma heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora (Cf. ANTUNES, 1995; 1997 e 2000b). Isto, de certa maneira, apenas explica que o capital, contraditoriamente, desenvolve progressivamente as forças produtivas - em razão do seu caráter anárquico e competitivo -, diminuindo o tempo físico de trabalho, reduzindo o trabalho manual direto cedendo lugar ao trabalho qualificado dotado de uma maior dimensão intelectual, ao mesmo tempo em que recorre cada vez mais às formas precarizadas e intensas da exploração da força de trabalho (Cf. *ibid.*, 2000b: 119- 120 e 1997: 63-5).

Na discussão da crise do capital - que tem apresentado o desemprego crônico e as mais diversas formas precarizadas e intensificadas de exploração do trabalho como resultado das transformações atuais no mundo do trabalho - não podemos prescindir desta análise, pois estamos presenciando, de acordo com ANTUNES,

... uma múltipla processualidade: de um lado, verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, manual, especialmente nos países de capitalismo avançado. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva terceirização do trabalho, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços: verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário. Pode-se presenciar também um significativo processo de subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, precário, que marca a sociedade do capitalismo avançado... (...) Em síntese: desproletarização do trabalho manual, industrial e fabril; terceirização, heterogeneização e subproletarização do trabalho. Diminuição do operariado industrial tradicional e aumento da classe-que-vive-do seu trabalho (Grifo nosso. ANTUNES, 1997: 63-4).

Esta análise se confirma nos dados da OIT que informa que aproximadamente um bilhão de trabalhadores - um terço da população ativa do mundo - estão desempregados ou

subempregados, "... entendendo [por subempregados] que a sua jornada de trabalho é substancialmente menor que a jornada completa, apesar de seu desejo de prolongá-la, ou que ganham menos que o necessário para sobreviver" (OIT, 1998 : 02).

Assim, o que se vem delineando neste fim de século não é o fim do trabalho vivo enquanto fonte produtora de valor, ou seja, do trabalho vivo enquanto fundamento do modo de produção capitalista (mesmo sob o intenso desenvolvimento científico e tecnológico), mas trata-se, "... na verdade, [de] formas sociais engendradas pelo capital para administrar suas contradições internas" (TEIXEIRA, 1998: 67). Isto vem demonstrar o aprofundamento das contradições internas no processo de desenvolvimento do capital, confirmando que este necessita desenvolver o caráter social do trabalho ao mesmo tempo em que precisa destruir força de trabalho (desemprego em massa sem possibilidades de incorporação em momentos de crescimento econômico), única fonte de valor, no seu processo 'infinito' de expansão e acumulação.

No âmbito das relações de trabalho, a crise do modelo taylorista/fordista vai implicar numa complexificação da composição da força de trabalho, na perspectiva de garantir um crescimento das taxas de lucratividade, mesmo que com isto, tenha que romper com determinadas barreiras "culturais" históricas, como por exemplo, o trabalho da mulher.

Os fundamentos econômicos e as justificativas históricas necessárias à opressão e subordinação das mulheres esmaecem no atual desenvolvimento do capital porque este, na busca de uma maior taxa de exploração e maior flexibilidade da força de trabalho, incita as mulheres a 'conquistarem' o mercado de trabalho – sendo elas as primeiras a se submeterem aos empregos mais precários e mal pagos (Cf. MÉSZÁROS, 1995f: 686-7).

Segundo ANTUNES (2000), o trabalho feminino hoje atinge mais de 40% da força de trabalho de países avançados, sendo absorvido fundamentalmente nos trabalhos parciais, mais precarizados e desregulamentados. Segundo pesquisas (Cf. POLLERT, 1996 apud

ANTUNES, 2000b: 108-109), é visível a distinção entre o trabalho masculino e feminino. As mulheres trabalhadoras recebem salários mais baixos do que o universo masculino, possuem menos direitos do que os homens; a elas também cabe o trabalho que requer menor qualificação; que é mais elementar, muitas vezes mais intensivo e restrito às áreas mais rotinizadas. Sobre a força de trabalho feminina pesa, além da expropriação da mais valia, o preconceito do domínio masculino e as possibilidades de maiores vantagens para o capital, podendo-se perceber que na “*divisão sexual do trabalho*” a exploração das mulheres é ainda mais intensificada (Cf. POLLERT, 1996: 186-88 apud ANTUNES, 2000b: 106). E mais, quando a discussão é sobre a questão gênero no trabalho, cabe a ressalva, de que a mulher trabalhadora tem jornada de trabalho dupla: além do trabalho fora de casa inclui-se o trabalho dentro de casa.

Em suma, a mulher sofre pelo capital uma dupla exploração ficando evidente a necessidade da articulação entre discussão de gênero e a questão de classe. Isto porque a ‘liberalização’ das mulheres neste fim de século não está dissociada da subordinação aos ditames do capital. Evidentemente que a ampliação da inclusão do trabalho feminino no mundo da produção, nos últimos anos, é resultado da luta das mulheres pela sua emancipação social, porém, trata-se de uma emancipação social parcial (ANTUNES, 2000b: 109).

O capital ao mesmo tempo em que possibilita a criação desta ‘liberalização’ das mulheres, contraditoriamente, não permite que se consiga ir muito além, pois é preciso mantê-las subordinadas aos valores patriarcais, necessários à perpetuação da família, para possibilitar uma reprodução tranqüila da força de trabalho. Ele permite a ‘libertação’ da mulher ao mesmo tempo em que a ‘aprisiona’ subordinando-as às suas necessidades de auto-reprodução ampliada, e possibilita apenas direitos que vão ao encontro dos seus objetivos, reprimindo e cerceando qualquer luta por direitos ou liberdades que ultrapassem ou afrontem os seus objetivos de lucratividade (Cf. MÉSZÁROS, 1995f: 686-687).

Enfim, o século XX apresenta características peculiares ao período histórico de amadurecimento do modo de produção capitalista, que expressa sua crise estrutural ao criar, paradoxalmente, as condições materiais que permitem aos seres humanos a sua emancipação social para em seguida negá-las intensamente. Assim, *"é a presença simultânea e a intensidade de forças que pressionam irresistivelmente em direções opostas que fazem a atual crise estrutural do capital uma verdadeira crise de dominação"* (MÉSZÁROS, 1995f: 687).

Isto porque o capital,

... só pode funcionar por meio de contradições. [então] ele tanto cria como destrói a família: produz a geração jovem economicamente independente com sua 'cultura jovem' e a arruina: gera as condições de uma velhice potencialmente confortável, com reservas sociais adequadas, e as sacrifica aos interesses de sua infernal maquinaria de guerra. Seres humanos são, ao mesmo tempo, absolutamente necessários e totalmente supérfluos ao capital. Se não fosse pelo fato de que o capital necessita de trabalho vivo para sua auto-reprodução ampliada, o pesadelo do holocausto da bomba de neutrões certamente se tornaria realidade. Mas já que tal 'solução final' é negada ao capital, nós somos confrontados com as consequências desumanizadoras das suas contradições e com a crise crescente do sistema de dominação (*Ibid.*, p. 686).

A complexidade das mutações do mundo do trabalho hoje demonstra que o capital sob as condições de sua crise estrutural traz à tona seus constituintes destrutivos *"ativando o seu espectro de descontrole total de uma forma que anuncia (prediz) a destruição, tanto para seu sistema social reprodutivo único, como para a humanidade em geral"*. O capital enquanto controlador do metabolismo social global, para usar um termo de MÉSZÁROS, deixa claro que nunca se prestou para um controle apropriado e perene ou mesmo para um autocontrole racional do metabolismo social global. Pouco importa (sob o ponto de vista do capital) que um terço da população mundial esteja sob condições subumanas, pois, a necessidade do capital se restringe em subordinar todas as necessidades sociais à sua dinâmica de auto-expansão e processo de acumulação.

Dessa forma, a crise estrutural do capital assume concomitantemente um caráter de crise de dominação, decorrente da sua perda de justificativa social.



## 2.1 A crise de dominação do capital

A chamada **crise de dominação do capital** apresenta-se diante do esgotamento próximo/atual das condições de desenvolvimento da acumulação capitalista, em que as estruturas político-jurídicas e a justificativa social deste modo de produção, entram em cheque com o próprio desenvolvimento decorrente do avanço das forças produtivas.

Mesmo o capital assimilando e propulsionando o potencial científico contemporâneo, capaz de superar as mazelas sociais mais prementes da humanidade, acaba subordinando tudo à lógica da sua reprodução destrutiva. O sistema do capital nega a si próprio enquanto projeto civilizatório, constituindo-se no seu contrário.

Dos 6 bilhões de habitantes do mundo, 2,8 bilhões de pessoas (quase metade da população mundial) vivem com menos de dois dólares diários, e 1,2 bilhão (um quinto da população mundial) vive com menos de um dólar por dia. A América Latina ainda tem 15% da população na pobreza absoluta, e em dez anos o número de indigentes passou de 63,7 milhões para 78,2 milhões. A desigualdade da distribuição de renda cresceu: a renda média nos 20 países mais ricos equivale a 37 vezes a média dos 20 mais pobres, uma diferença que duplicou nos últimos 40 anos (Cf. BANCO MUNDIAL, 2000/2001: 03).

Hoje, o conjunto das relações humanas está sendo afetado pela crise estrutural do capital. Diferentemente da época histórica vivida por MARX, em que este ainda podia falar da influência civilizadora do capital - e portanto da sua dimensão positiva - atualmente ela se resume ao fato de que a lógica de reprodução em escala ampliada do capital encontra nas necessidades humanas o seu obstáculo. Tal "influência civilizadora" do capital, se expressa no fato de que a realização da mais valia não precisa, necessariamente, passar pela esfera do consumo, ela pode restringir-se à esfera da dissipação.

A questão é que a razão de ser e a justificativa histórica do capital deixaram de existir. Em determinado momento a implementação do modo de produção capitalista se colocava como uma necessidade histórica em virtude da incapacidade de respostas do modo de produção feudal ao desenvolvimento das forças produtivas, mas na atualidade o capitalismo está obstaculizando o pleno desenvolvimento das forças produtivas (Cf. *ibid.*, p. 685-686). Isto porque, *"O capitalismo não é capaz de aproveitar a potencialidade das inovações que renova permanentemente e, por esta razão, subutiliza cronicamente o caudal tecnológico, desocupa força de trabalho, impõe altos níveis de ociosidade da capacidade instalada, permite um nível de robotização muito inferior ao tecnicamente viável e mantém a sociedade na pré-história da automatização. Em relação às suas possibilidades, o desenvolvimento técnico-científico é cada vez mais parcelado e incompleto"* (KATZ, 1995:16).

Neste sentido, a criação do desemprego crônico, as formas precarizadas e intensificadas de exploração do trabalho e a produtividade social do trabalho caminham juntas e subordinadas à lógica da acumulação capitalista. Concomitante a isto, toma relevância o aprofundamento da análise da continuidade das inversões de capital no complexo industrial militar, este sendo a expressão máxima do poder destrutivo do capital, subordinando todo o potencial científico e tecnológico aos anseios destrutivos da sua *"linha de menor resistência"*.

## CAPÍTULO - III

### O POTENCIAL DESTRUTIVO DO CAPITAL

Somos o maior poluidor do mundo, mas, se for preciso, vamos poluir ainda mais para evitar uma recessão na economia americana."

George W. Bush

#### *1. Os movimentos contraditórios da taxa de utilização decrescente*

**A** crise de dominação do capital é decorrente de um esgotamento das possibilidades de deslocamento das contradições dentro das diferentes dimensões da totalidade complexa do capital, da produção, circulação, e da realização (crise estrutural), como também da esfera político-jurídica e de sua justificativa social.

Tal esgotamento expressa o potencial destrutivo do capital, cristalizado nas alternativas criadas por ele para a sua expansão e acumulação. É este o papel desempenhado pela taxa de utilização decrescente no desenvolvimento do capitalismo 'avançado' pois,

...torna-se necessário criar meios que possam reduzir a taxa pela qual qualquer tipo particular de mercadoria é usado, encurtando deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no redemoinho da circulação acelerada. A 'obsolescência planejada' em relação a 'bens de consumo duráveis' produzidos em massa; a substituição, o abandono ou aniquilamento deliberado de bens e serviços que oferecem um potencial de utilização intrinsecamente maior (por exemplo, o transporte coletivo) em favor daqueles nos quais a taxa de utilização tende a ser

---

<sup>21</sup> George W. Bush, presidente do EUA, num encontro em Washington com o presidente Fernando Henrique Cardoso, recusou-se à assinar o protocolo internacional de Kyoto, para reduzir a emissão de gases responsáveis pelo superaquecimento do planeta (*Revista Isto É*, 11 de abril de 2001, p.21).

menor, até mínima (como o automóvel particular) e que absorvem uma parte considerável do poder de compra da sociedade: a imposição artificial de capacidade produtiva quase que completamente inusável (por exemplo, o 'superdesperdício' de um complexo computador usado como 'processador de texto', num escritório onde uma simples máquina de escrever seria perfeitamente suficiente); o crescente desperdício resultante da introdução de tecnologia nova, contradizendo diretamente economia de recursos materiais (por exemplo, o informatizado 'escritório desprovido de papel', que consome cinco vezes mais papel do que antes); a 'extinção' deliberada das habilidades e dos serviços de manutenção, para compelir os clientes a comprar os dispendiosos produtos ou componentes novos, quando os objetos descartados poderiam facilmente ser consertados, etc. tudo isso pertence a essa categoria, dominada pelos imperativos e determinações básicas para dissipativamente fazer decrescer as taxas de utilização reais (MÉSZÁROS, 1996:88-89).

Por isso, a taxa de utilização decrescente, na medida em que se intensifica, vai evidenciando a estagnação presenciada na esfera da realização onde os potenciais positivos da produção capitalista passam a ter caráter eminentemente destrutivo.

A taxa de utilização decrescente vai se constituir num elemento integrante da crise estrutural já que faz parte da esfera da realização da acumulação capitalista, mas também aparece como ingrediente da crise de dominação pois, terá como resultado da sua intensificação a irracionalidade da consolidação do complexo industrial militar. Irracionalidade esta, apenas do ponto de vista humano, porque para o capital significa apenas mais uma alternativa para dar continuidade ao seu processo de expansão e acumulação.

Com o desenvolvimento do trabalho social no curso da história ocorrem modificações na natureza do trabalho produtivo que, conseqüentemente alteram o padrão de consumo, como nos diz MARX:

Fome é fome, mas a fome satisfeita pela carne cozida e comida com garfo e faca é uma fome diferente daquela que devora carne crua com o auxílio de mãos, unhas e dentes. Assim sendo, a produção não apenas produz o objeto mas também a maneira do consumo, não apenas objetivamente, mas também subjetivamente. A produção não só supre um material para a necessidade, mas também supre uma necessidade para o material. Assim que o consumo sai do seu estado inicial de crueza e imediatez natural – e, se permanecesse neste estágio, seria porque a própria produção teria ali se interrompido –, ele, enquanto impulso, se torna mediado pelo objeto... (Grifo nosso. MARX, Grundrisse p.92, Apud MÉSZÁROS, 1996a: p. 248).

Podemos perceber que a dimensão da produção, cria a dimensão da realização e esta passa a ser elemento condicionante para a própria dimensão da produção, num movimento de mútuas determinações em que a produção “... *produz portanto, o objeto do consumo, a maneira do consumo e o motivo do consumo. Do mesmo modo o consumo produz a tendência do produtor acenando-lhe como uma necessidade que determina os objetivos dele*” (MARX, Grundrisse p.92, Apud MÉSZAROS, 1996a: 248). Nas relações entre produção e consumo tem destaque a forma como se realiza o consumo. É possível perceber-se historicamente significativas mudanças no processo de consumo, tais mudanças estão associadas à taxa de utilização decrescente das mercadorias.

A taxa de utilização dos produtos apresenta-se positiva nos modos de produção pré-capitalista em benefício dos produtos reutilizáveis, pois estes produtos apresentam vida útil relativamente longa na medida em que são utilizáveis por um período de tempo maior, possibilitando um desenvolvimento sustentável e potencialmente emancipatório. Assim de acordo com MÉSZÁROS, “... *seria desejável em princípio, que mais e mais recursos de uma sociedade fossem destinados a produção de bens reutilizáveis (e, naturalmente, genuinamente utilizados e reutilizados) – de moradias duráveis e esteticamente agradáveis a meios de transporte rápidos e confortáveis (...) - contanto que as necessidades básicas de todos os membros da sociedade sejam adequadamente satisfeitas*” (1995d: 550).

Já na sua variável capitalista, a taxa de utilização dos produtos indica um desenvolvimento inverso, onde os bens de consumo duráveis tomam a dimensão de consumo rápido. Ou seja, a utilização se efetiva em períodos de tempos cada vez menor, desencadeando um processo que vai da subutilização dos produtos à dissipação destrutiva dos recursos produtivos.

Portanto, ao analisarmos historicamente a produção, percebemos que a taxa de utilização dos produtos mostra-se contraditória: por um lado, durante muito tempo na história, ela se expressa positivamente na sua relação variável entre a divisão do tempo de trabalho entre bens de consumo rápido e reutilizável a favor destes últimos – como já dito acima – e, por isso, tem-se um desenvolvimento produtivo social de caráter limitado.

Por outro lado, é sob o jugo do capital que este caráter limitado da produção social dos homens se altera. É que, no curso do desenvolvimento capitalista, a taxa de utilização passa a decrescer. Desta forma a “... a taxa de utilização decrescente [se configura como] uma das leis tendenciais mais importantes e abrangentes do desenvolvimento capitalista” (MÉSZÁROS, 1996b: 99), porque vai possibilitar historicamente a ampliação do ‘círculo de consumo’ permitindo que, por exemplo, o trabalhador passe a ter dois pares de sapatos ao invés de um. Isto é o que se pode chamar de uma conquista da ‘vitória civilizadora’ do capital comparado a períodos histórico anteriores (Cf. MESZÁROS, 1996b: 99).

Mas é no ‘capitalismo avançado’ dos dias atuais que são removidos todos os limites da trajetória da taxa de utilização decrescente, e ao remover estes limites o capitalismo tem “... como resultado a absurda reversão dos avanços produtivos em favor dos produtos de ‘consumo’ rápido e da destrutiva dissipação de recursos. [Assim.] o ‘capitalismo avançado’ tende a impor à humanidade o mais perverso tipo de existência que produz para o consumo imediato: absolutamente injustificada com base nas limitações das forças produtivas e nas potencialidades da humanidade acumuladas no curso da história” (MÉSZÁROS, 1995d: 552).

Em suma, a taxa de utilização decrescente acaba evidenciando o caráter dissipador e destrutivo da produção capitalista nos dias de hoje. Já que o que importa para o capital é a vendabilidade e não o caráter útil das mercadorias, na medida em que ele diminui o tempo de vida útil das mercadorias, tem-se uma subutilização delas, permitindo então que outras sejam

vendas. Desta maneira aumenta-se a velocidade do circuito produtivo ampliando-se a velocidade da produção dos valores de troca trazendo vantagens ao processo de acumulação capitalista (ANTUNES, 2000b: 50). Isto ocorre porque o capital segue a “*linha de menor resistência*”, ou seja, se o capital encontra um “equivalente funcional”, que do seu ponto de vista é mais viável, opta por este. Desta maneira, mantém o controle que já exerce, ao invés de perseguir um caminho alternativo que implicaria no abandono de práticas já estabelecidas. Como o desenvolvimento capitalista requer que o círculo de consumo no interior da circulação se amplie, nada melhor do que “... a *aceleração da velocidade de circulação dentro do próprio círculo de consumo (aumentando o número de transações no círculo já dado), em vez de embarcar na aventura mais complicada e arriscada de alargar o próprio círculo. Todo o resto permanecendo igual este é o caminho muito mais fácil do ponto de vista do capital*” (MÉSZÁROS, 1996b: 108).

Neste sentido,

... se a taxa de utilização de um determinado tipo de mercadoria pudesse ser decrescida de, digamos, 100% para 1%, enquanto é mantida constante a demanda por seu uso, a multiplicação potencial do valor de troca seria correspondentemente centuplicada (isto é, assumiria a estonteante figura de 10.000%). De fato, essa tendência para reduzir a verdadeira taxa de utilização tem sido precisamente um dos principais meios através dos quais o capital conseguiu atingir seu crescimento verdadeiramente incomensurável ao longo do desenvolvimento histórico (MÉSZÁROS, 1996b:71).

Neste contexto, não há motivos para se correr o risco de “*ampliar a periferia da circulação*” e milhares de pessoas podem ser ignoradas pelo desenvolvimento capitalista em todo e qualquer recanto do mundo (Cf. MÉSZÁROS, 1996B: 108-9).

Então, no ‘capitalismo avançado’ – ao contrário de períodos históricos anteriores – são removidos com sucesso alguns dos entraves à produção, mas, contraditoriamente, este caráter ilimitado da produção adquire nos nossos dias uma dimensão estritamente negativa, decorrente da incapacidade do sistema do capital em estabelecer limites ao seu

desenvolvimento. Para o capital não importam as implicações dissipadoras de um determinado procedimento produtivo, desde que o resultado seja bastante lucrativo. Assim,

mesmo que 90% do material e dos recursos de trabalho exigidos para a produção e distribuição de uma mercadoria lucrativamente comercializável – digamos um produto cosmético: um creme facial - vá direto para a lata de lixo, física ou figurativa, da propaganda eletrônica ou como embalagem de um ou outro tipo (mas, apesar de tudo, com relação aos custos de produção, efetivamente real) e apenas 10% seja dedicado ao preparo químico que por suposto deve promover os benefícios reais ou imaginários do próprio creme ao comprador, as práticas obviamente dissipadoras aqui envolvidas são plenamente justificadas, desde que satisfaçam os critérios de ‘eficiência’, ‘racionalidade’ e ‘economia’ capitalistas pela *lucratividade* comprovada da mercadoria em questão (MÉSZÁROS, 1996b: 74).

Essa avaliação, feita por MÉSZÁROS, ilustra o quanto o capital se desenvolve como se não houvesse limites – mas, conforme alerta o autor, isto não significa que os limites não existem. Ao contrário, eles existem mas são socialmente postos, isto é, correspondem a determinadas relações dos seres humanos entre si e com a natureza, e por isso, na medida em que se alteram podem tanto alargar o espaço de manobra do capital quanto impossibilitá-lo (Cf. LESSA, 1999: 79).

A questão é que o modo de produção capitalista é incompatível com durabilidade e, no decorrer do seu desenvolvimento histórico, deve solapar toda e qualquer prática produtiva voltada para a durabilidade em detrimento inclusive da qualidade (Cf. MÉSZÁROS, 1996b: 25). Qualidade que, no atual estágio do ‘capitalismo avançado’, virou uma moda conhecida como “ ‘*qualidade total*’ nos processos produtivos”, o que não deixa de ser uma ‘falácia’ pois, em decorrência da necessidade imperiosa de reduzir-se o tempo de vida útil das mercadorias para se ampliar a velocidade da produção de valores de uso, esta acaba sendo apenas um ‘invólucro/aparência’, já que os produtos precisam se desgastar rapidamente para que haja uma reposição ágil no mercado. Então, para que o capital possa expandir-se



ilimitadamente, a "qualidade total" precisa ser compatível com sua lógica de produção destrutiva (Cf. ANTUNES 2000b: 50-2).

A taxa de utilização manifestou-se historicamente no capitalismo, num primeiro momento, como ampliação do consumo na medida em que um número cada vez maior de pessoas que trabalhavam tinham acesso a um número maior de mercadorias. Mas esta mesma tendência assumiu sob o capitalismo desenvolvido a forma da peridularidade e destruição em nome dos *"imperativos da lucratividade em escala inexoravelmente crescente"* (Cf. MÉSZÁROS, 1996b: 73).

A busca da *"obsolescência planejada"* das mercadorias (encurtamento da vida útil dos produtos) pelo capital, ou seja, da permanência da taxa de utilização decrescente como uma alternativa para manter os *"lobos da crise de produção expansiva"* afastados, tornou-se difícil diante da impossibilidade de garantir que as pessoas descartassem bens ainda úteis devido às restrições econômicas dos consumidores individuais (Cf. MÉSZÁROS, 1996b: 89).

Por essa razão, o capital vai criar outra alternativa mais segura e institucionalizável que, combinada à taxa de utilização decrescente, vai temporariamente deslocar suas contradições mais fundamentais e garantir sua reprodução em escala ampliada. Essa alternativa é a emergência e consolidação, patrocinada pelo Estado, do complexo militar industrial<sup>22</sup> que *"... se apropria e dissipa recursos e fundos de capital excedentes aparentemente ilimitados, sem absolutamente nada acrescentar aos problemas da realização e das pressões competitivas, como necessariamente o faria a expansão do capital orientada para o consumo real"* (MÉSZÁROS, 1996b: 90).

<sup>22</sup> Cláudio KATZ dá ênfase ao fato de que a economia armamentista acelera a 'obsolescência moral' das máquinas, ou seja, há uma inutilização prematura das máquinas para que estas dêem lugar a artefatos mais eficazes. Portanto, a economia armamentista *"não apenas modifica o comportamento do ciclo [do capital] - alargando o auge e atenuando a depressão -, como pode também alterar a duração dessas flutuações, adaptando-as ao ritmo das inovações militares"*. O autor utiliza-se de estimativas de MANDEL para dizer que nos anos 60 a principal explicação para a redução da duração média do ciclo curto, de 8 a 10 anos para 4 a 5 anos, estava no fato de que o conjunto da atividade industrial se ajustava às normas da fabricação militar (1995: 210).

A produção decorrente do complexo industrial militar gera um tipo de consumo peculiar à determinadas necessidades deste processo produtivo, criando um ambiente social em que a violência, individual ou coletiva (entre nações), apresenta-se como uma necessidade social para a realização do capital.

O capital após a segunda guerra mundial vê-se diante da saturação dos mercados e frente à sua incapacidade estrutural de ampliá-los no mesmo ritmo do desenvolvimento da sua produção. Estes acontecimentos fazem com que ele, na lógica de poder expandir-se indefinidamente, persiga uma estratégia de 'realização' que faz desaparecer por completo a distinção vital entre consumo e destruição. Tal estratégia é a emergência e a consolidação do Complexo Industrial Militar.

## *2. O potencial destrutivo do capital e o Complexo Industrial Militar*

Os desdobramentos da taxa de utilização decrescente podem ser analisados sobre duas óticas contraditórias: na fase pré-capitalista e nos primórdios do capital ela indica uma dimensão positiva, já que representa a constante necessidade de renovação da produção, pois esta é consumida paulatinamente em quantidades maiores. Na fase do capitalismo 'avançado', em que os reflexos da queda tendencial da taxa de lucro exigem do capital a criação de alternativas a ela, a taxa de utilização decrescente apresenta uma dimensão estritamente negativa, pois passa a desenvolver a produção voltada para um tipo de consumo específico: o consumo destrutivo.

A emergência do complexo industrial militar é baseado na mesma tendência da taxa de utilização decrescente, mas expressa um caráter exclusivamente destrutivo. Apesar do complexo militar ter sempre desempenhado uma função bem determinada na história do capital, é a partir da segunda guerra mundial que sua adoção se tornou geral, produzindo-se uma elevação dos gastos militares e uma forte relação entre investimento militar e mudanças tecnológicas, resultando numa distorção destrutiva da dinâmica do avanço produtivo motivado pela potencialidade da ciência e da tecnologia.

O complexo industrial militar combina características fundamentais do modo de produção capitalista, cuja finalidade é a valorização em escala sempre crescente do capital global investido. Esta valorização depende concomitantemente da dimensão da produção e da 'realização' da mais valia, ou seja, o capital necessita perseguir uma estratégia que implique não apenas na crescente produção, mas também, na 'realização' desta mais valia, que por

outro lado, dependa cada vez menos dos limites imediatos da demanda flutuante do mercado, desvencilhando-se dos problemas acarretados pelo valor de uso condicionado às necessidades humanas e ao consumo real (Cf. MÉSZÁROS, 1996b: 105-6).

Como o capital busca o constante deslocamento das suas contradições internas, em especial a contradição entre crescimento da produção e a redução da realização, o complexo industrial militar constitui-se numa alternativa de garantir momentaneamente um crescimento da produção combinado a uma realização planejada e estatal que se realiza antes mesmo da própria produção, garantindo o processo de acumulação capitalista, como em nenhum outro momento da história deste modo de produção. Assim, do ponto de vista da lógica do capital, o consumo equivale à destruição, realizando uma "... mudança radical da produção geminamente orientada para o consumo, para outra orientada à destruição" (Cf. *ibid.*, p. 106).

O complexo industrial militar apresenta-se como mecanismo de realização peculiar no modo de produção capitalista, já que a sua forma planejada através de encomendas estatais gera um mercado cativo de alta rentabilidade e distante das flutuações do mercado consumidor. Do ponto de vista da realização, o consumo destrutivo se transforma em 'equivalente funcional' do consumo normal, pouco importando ao capital se é relativo à satisfação de necessidades humanas (consumo normal), ou se é um 'consumo' destrutivo. Na verdade, o que importa é a adequação de um ou outro para satisfazer as necessidades de auto-reprodução do capital sob as circunstâncias mutáveis (Cf. MÉSZÁROS, 1996a: 305 e KATZ, 1995: 211).

A dimensão destrutiva adquirida pela produção capitalista está na ausência de sentido para a satisfação das necessidades humanas, bem como caracterizada pela periculosidade e obsolescência da sua produção, além do seu fim exclusivamente destrutivo (produção de

armas, bombas nucleares, enfim, uma produção voltada para a guerra, cumprindo uma função destrutiva da riqueza material). Este caráter essencialmente destrutivo do capital presente na sua produção perdulária é, de acordo com MÉSZÁROS, uma *necessidade* do 'capitalismo avançado' que se explica porque ele se aproxima cada vez mais dos seus limites históricos (Cf. 1996b: 142-7).

Na combinação da 'obsolescência planejada' das mercadorias (taxa de utilização decrescente) e o complexo industrial militar, a tendência a crescer é a favor do último – ou seja, do pseudoconsumo destrutivo. Isto porque o complexo militar consegue resolver dois problemas com um só golpe. O primeiro, seria o completo circuito de auto-reprodução ampliada do capital, pela transferência direta da mercadoria para o novo proprietário (no caso, o Estado), em troca do dinheiro a ser reinvestido, burlando qualquer dúvida sobre a existência ou não de um consumo real após a transação 'contratual'. O segundo, é o fato de que o destino das mercadorias não está subordinado às necessidades humanas reais, ao contrário, dado o seu caráter perdulário, tais mercadorias podem ser adquiridas e acumuladas sem problemas, “...pois o próprio ato da compra pode, em princípio, ‘consumir’ uma quantidade ilimitada de bens (sem consumir na realidade absolutamente nada), em vista do fato de não estar vinculado aos apetites necessariamente limitados dos seres humanos reais” (MÉSZÁROS, 1996a: 307).

O complexo militar remove com sucesso os limites imediatos do consumo:

... ele corta o nó górdio bastante complicado do capitalismo 'avançado' pela reestruturação do conjunto da produção e do consumo, de maneira a remover para todos os efeitos e propósitos a necessidade do consumo real. Em outras palavras, aloca uma parte maciça e sempre crescente dos recursos materiais e humanos da sociedade a uma forma de produção parasitária e *autofágica*, que está tão radicalmente divorciada, em verdade oposta, da efetiva necessidade humana e seu

consumo correspondente, que pode visualizar como seu fim último e *racional* até mesmo a total destruição da humanidade (MÉSZÁROS, 1996b: 123-4).

KATZ também destaca a produção destrutiva do capitalismo 'avançado' afirmando que *"as guerras cumprem uma função destrutiva da riqueza material, as quais complementam a desvalorização de capitais e facilitam a recuperação do ciclo. Mas, ao substituir o setor civil na liderança da inovação, o militarismo simplesmente impõe, em lugar da "destruição criativa", um regime de atrocidade permanente"* (1995: 207).

Um exemplo desta questão é a encomenda de ogivas atômicas, que mostra como o contrato entre os monopólios da indústria da guerra e o Estado realiza a esfera do consumo da produção armamentista. O consumo se realiza apenas no contrato, pois, a probabilidade de utilização (uso) dessa mercadoria é muito pequena, em caso de uso representa uma ameaça aos limites ambientais do planeta, incluindo o próprio capital.

A questão fundamental é que o complexo militar industrial supera as incertezas e os limites de um mercado formado pelos 'apetites' de compradores individuais, constituindo-se numa *"... extraordinária fonte de acumulação, financiada por toda a sociedade, assim como uma forma privilegiada de subvenção da mudança tecnológica"* (KATZ, 1995: 209 e cf. MÉSZÁROS, 1996a: 307 e 1996b: 118-37). Então,

O chamado 'consumidor'<sup>23</sup> já não é mais um conjunto de indivíduos limitados. Na verdade, graças à importante transformação das estruturas produtivas dominantes da sociedade do pós-guerra, junto com o correspondente realinhamento de seu relacionamento com o estado capitalista (tanto para propósitos econômicos quanto para assegurar a legitimação ideológico-política necessária), a partir de agora, o produtor-comprador-consumidor miticamente fundido é nada menos que a própria

<sup>23</sup> Assim como nos deparamos com a identificação misticadora do 'produtor' com o capitalista no intuito de fazer desaparecer o papel do trabalhador no processo de valorização do capital, vemos também a identificação tendenciosa do comprador como 'consumidor' (Cf. MÉSZÁROS, 1996a: 306).

'nação. Esta vem a ser outra inovação fundamental do complexo militar-industrial (MÉSZAROS, 1996a: 307).

Finalmente, o complexo militar industrial realiza um 'salto qualitativo' ao possibilitar – em nome da 'nação' – (além de superar as limitações e deslocar as contradições acima citadas), operações lucrativas de amplitude e dimensão incomparavelmente maiores do que nos primeiros períodos do seu desenvolvimento, criando saídas anteriormente inimagináveis ao capital (*Cf. ibid.*, p. 307).

As razões econômicas, que direcionam os elevados investimentos e a crescente concentração de inovações no setor bélico,<sup>24</sup> estão diretamente associadas à criação de mecanismos contrários à queda tendencial da taxa de lucro, que vê na taxa de utilização decrescente combinada ao complexo industrial militar o deslocamento momentâneo de suas contradições. Tem destaque neste processo o papel que o Estado desempenha na antecipação da esfera da 'realização' (planejada) da produção através de contratos de encomendas militares, como também o papel desempenhado pelas ciências aplicadas que criam constantemente novas demandas para o complexo industrial militar.

É, portanto, a partir da crescente demanda de material bélico por parte do Estado que o capital passa a ter altas taxas de lucratividade, proporcionando-lhe driblar as incertezas e limites do mercado por não estar diretamente sujeito à concorrência, ao mesmo tempo em que

---

<sup>24</sup> "Sob a forma de encomenda de material bélico feito pelo Estado, esse poder de compra concentrada das grandes massas de consumidores escapa, além disso, do arbitrio e das flutuações subjetivas do consumo pessoal, para adquirir regularidade quase automática, um crescimento rítmico. Para finalizar, a alavanca desse movimento rítmico e automático da produção bélica capitalista encontra-se em mãos do próprio capital – mediante o mecanismo da legislação parlamentar e da criação dos meios de comunicação destinados à formação da assim chamada opinião pública. Eis por que esse campo específico de acumulação de capital parece ser dotado, em princípio, de uma capacidade de ampliação indeterminada. Enquanto qualquer outra ampliação do domínio de mercado e da base operacional do capital dependem, em grande parte, de aspectos políticos, sociais e históricos, que atuam fora da esfera de vontade do capital, a produção bélica representa um domínio cuja ampliação sucessiva e regular parece depender antes de mais nada das próprias intenções do capital" (LUXEMBURGO, R. 1985: 319).

se mantém no controle deste processo ao fundir-se com o Estado, ocupando cargos estratégicos no âmbito das decisões governamentais.



## 2.1 Só o Estado salva<sup>25</sup>

O desenvolvimento do complexo industrial militar não pode ser compreendido cientificamente sem analisarmos as profundas transformações, ocorridas durante o século XX, nas relações entre o Estado e o capital.

No século anterior (séc. XIX), o desenvolvimento do capitalismo deu-se baseado nos princípios da livre concorrência. A regulamentação das relações de produção eram desempenhadas, fundamentalmente, pelos diferentes capitalistas que concorriam entre si. Esta concorrência intracapitalista não poderia sofrer interferência externa (Estatal) dada a necessidade do desenvolvimento autônomo do capitalismo.

No final do século XIX, a Europa sofre um período de crises de superprodução decorrentes da anarquia própria do desenvolvimento do sistema capitalista, em especial da formação competitiva. Com a depressão internacional da indústria na década de 1870, inicia-se uma nova formação capitalista caracterizada pelo surgimento dos monopólios, a partir da quebra generalizada dos capitalistas autônomos, decorrente da crise e da incorporação de mercados e parques industriais falidos pelas indústrias mais resistentes, que consolidavam o desenvolvimento do capitalismo monopolista no final do século passado.

Assim, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro. 3) Acenso nos fins do século XIX e crise de 1900 a

---

<sup>25</sup> Segundo MÉSZÁROS o "... Estado moderno imensamente poderoso – e igualmente totalizador – surge na base desse metabolismo socioeconômico do capital 'devorador', de forma insubstituível complementando (e não simplesmente servindo) o sistema capitalista em alguns aspectos vitais" (1995a: 04). O que veremos a seguir é uma breve abordagem (*en passant*) de um destes aspectos.

1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo (LENIN, 1986: 591).

Tal desenvolvimento caracteriza-se não só pela "combinação" - ou fusão - de diferentes ramos de produção numa só empresa, mas também pelo surgimento do monopólio de bancos, uma característica fundamental da concentração capitalista no processo de monopolização (Cf. *ibid.*, p. 588).

Porém, a formação monopolista, que se apresenta como uma resposta momentânea à crise do capital competitivo, não está livre das contradições inerentes à formação capitalista. O primeiro sinal de crise do capital monopolista dá-se na Europa com a eclosão da primeira guerra mundial. Os monopólios disputando mercados (exportação de capitais) vêm na guerra a alternativa para o consumo de sua produção e a possibilidade de ampliação de mercados, porém o prolongamento do conflito exige um novo elemento na composição do capital: o Estado.

A intensificação das contradições e limites do capital monopolista encontra uma resposta momentânea na fusão dos monopólios com o Estado, como nos diz LENIN: "*a guerra imperialista acelerou e acentuou extraordinariamente o processo de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado. A monstruosa opressão das massas trabalhadoras pelo Estado, que se funde cada vez mais estreitamente com as uniões onipotentes de capitalistas, torna-se cada vez mais monstruosa*" (*Ibid.*, p. 223).

A fusão dos monopólios com o Estado vai desenvolver progressivamente a capacidade de deslocamento das contradições inerentes ao capital, criando do início da primeira guerra mundial ao final da segunda guerra, uma reorganização do sistema social global: ampliação de mercados, exportação de capitais, novas formas de neocolonialismo, surgimento e desenvolvimento do bloco socialista, novas técnicas de produção e organização do processo

de trabalho, bem como, o surgimento nos países capitalistas centrais - em especial na Europa - do chamado "*Welfare State*" ou "Estado de Bem Estar Social".

As inversões financeiras do Estado no complexo industrial militar durante a primeira e a segunda guerra mundial não acabam e nem tão pouco diminuem com o fim das guerras. Ao contrário, inicia-se após a segunda guerra mundial uma inversão ininterrupta de capital na indústria militar. Conforme discutido anteriormente, esta inversão de investimentos na indústria da guerra se dá porque o capital segue a "*linha de menor resistência*", ou seja, busca um 'equivalente funcional' - em outras palavras, escolhe um caminho "mais fácil" para si - no seu processo de desenvolvimento, com o objetivo de burlar as contradições e limites inerentes à sua dinâmica, garantindo, momentaneamente, a continuidade da sua auto-reprodução.

Com a polarização do mundo pós-guerra, onde de um lado tinha-se o bloco socialista, liderada pela União Soviética, e de outro o bloco capitalista, liderado pelo Estados Unidos, consolidou-se a justificativa da continuidade e do crescimento das inversões de capital no complexo industrial militar, em ambos os blocos. A guerra fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do século XX, justificou a consumação de riquezas na forma-mercadoria que serviria não apenas para cumprir uma função geral na reprodução capitalista, mas também como instrumento de negociação política.

A peculiaridade da guerra fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência e não tentava ampliá-la com o uso da força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética (HOBSBAWM, 1999: 224).

A fusão do Estado com os monopólios passa a cumprir um papel fundamental na fonte de acumulação capitalista, já que é em benefício do grande capital – isto é, dos monopólios - que os investimentos na economia armamentista são realizados. No entanto, ideologicamente é em nome da 'nação' que o Estado e o capital passam a justificar um 'consumo' altamente destrutivo.

Tendo como exemplo os EUA, podemos perceber como o complexo industrial militar apresenta as contradições do capitalismo 'avançado', combinando a busca de alternativas contrárias à queda tendencial da taxa de lucro - por consequência o crescimento econômico sem crises - através da taxa de utilização decrescente associada ao complexo industrial militar. Por outro lado, a combinação destes elementos implica numa postura e organização do Estado, voltado fundamentalmente para o processo de acumulação do capital, mesmo que este processo não se justifique socialmente.

As despesas do governo americano com o estudo e a produção de armamentos cresceu vertiginosamente ao mesmo tempo em que se viu um aumento da centralização da produção e do capital nas esferas da indústria. Um punhado de grandes empresas passa a dominar permanentemente o orçamento militar gozando de privilégios com os contratos cativos do Pentágono<sup>26</sup> e usufruindo taxas de lucros bem maiores do que a taxa 'normal' da economia como um todo (Cf. O'CONNOR, 1977: 153-163; DEIKINE, 1975: 49; KATZ, 1995: 212). Segundo DEIKINE quinhentos monopólios fornecem dois terços de toda a produção americana, no entanto, na esfera da produção militar este índice é ultrapassado, sendo que

... mais de dois terços de toda a produção militar são vendidos ao Pentágono por 100 produtores gigantes da indústria de guerra. Os 33 por cento das restantes

<sup>26</sup> Segundo KATZ, "...O Pentágono se alimenta de um fechado circuito de grandes provedores pré-selecionados e contratados sem licitação prévia em 80% dos casos. Este manejo secreto das inovações bloqueia a concorrência de preços e qualidade, além de produzir uma distribuição pré-determinada da renda tecnológica" (1995: 207).

encomendas militares são executadas por 22.000 companhias de menor importância: 25 firmas de ponta receberam, em 1968, 17,7 bilhões de encomendas do Pentágono. Esta soma representa 45% do valor total dos contratos concluídos no mesmo ano pelo ministério de defesa dos EUA. Por sua vez, metade desta soma foi atribuída somente a 5 dos mais ricos fornecedores de material de guerra. As mesmas proporções mantêm-se nos anos que se seguiram (1975: 46).

O volume de lucros obtidos pelas indústrias de guerra, de acordo com DEIKINE, importou em média 18% das vendas totais nos anos 61-65, sendo que a taxa de lucros líquido, neste mesmo período não excedia 10,6% (1975:49). Ele faz ainda referência a um estudo realizado por uma subcomissão do Congresso americano para as questões econômicas a qual afirmava que *"Há provas, e esta subcomissão foi obrigada a reconhecer, que os lucros sobre os contratos militares são mais elevados do que nos ramos correspondentes não militares e igualmente mais elevados, para a indústria de guerra, do que na indústria de transformação no seu conjunto. Há provas de que esta diferença se acentua"* (THE ECONOMICS OF MILITARY PROCUREMENT, 1969: 16-17 apud DEIKINE, 1975: 49-50).

O complexo industrial militar revela que o capitalismo contemporâneo depende cada vez mais de estímulos artificiais para assegurar a continuidade de sua produção e reprodução (Cf. KATZ, 1995: 213). O auxílio militar, proveniente da intervenção estatal, representa para o crescimento econômico um indicativo dos limites da capacidade do capital de assegurar, pela sua própria dinâmica, a continuidade do seu processo de acumulação. Um exemplo disto é o papel desempenhado pelo Pentágono (EUA), ao funcionar como um sistema de alavanca financeira e administrativa e como principal elaborador das idéias e dos planos que serão seguidos pelos monopólios industriais (Cf. DEIKINE, 1975: 57).

Um aspecto importante para que se perceba o montante dos lucros obtidos pelos monopólios da indústria militar são os procedimentos adotados na efetuação das compras militares nos Estados Unidos, que influenciam diretamente os preços e conseqüentemente as

taxas de lucros dos monopólios. Segundo DEIKINE, as encomendas governamentais no domínio militar poderiam ser realizadas de duas maneiras: pela adjudicação em concorrência livre ou pela negociação direta com o futuro empreendedor. O processo de adjudicação foi, até 1947, o único oficialmente autorizado para as encomendas governamentais, e apenas em época de guerra eram permitidas infrações. Isto acabava permitindo, dentro de certos limites, uma eficácia das despesas do Estado na compra de armamentos. No entanto, em 1947, apesar do processo por adjudicação ser o procedimento oficial, foram forjadas 17 exceções a esta regra, ficando claro em que casos as negociações passariam a ser realizadas pelo método da negociação direta. Um exemplo seria o surgimento de casos que tratassem de estudos e do fabrico de um sistema de arma complicado, ou de fornecimento urgente, permitindo-se assim que o processo por adjudicação fosse quebrado, deixando para o funcionário da administração militar escolher o fornecedor e concluir, desta forma, o contrato. DEIKINE destaca "... que se legaliza de fato a situação de monopólio dos grandes produtores de material de guerra. Recebendo a maior parte dos contratos na base de negociações diretas, as corporações de ponta são de repente libertas da concorrência indesejável de outras firmas. Em consequência, nestes últimos anos<sup>27</sup>, quase 90 por cento de todas as encomendas militares passaram por negociações diretas" (1975: 60). Este tipo de negociação, de certa forma, seria a maneira mais direta do governo passar para os monopólios da guerra as grandes encomendas<sup>28</sup>.

Neste sentido, a demanda cativa seria um dos privilégios de que goza a indústria militar, assegurando uma elevada taxa de lucros para o capital. Por não estar diretamente sujeito a concorrência e por estar diretamente supervisionada pelo Estado, no que diz respeito

---

<sup>27</sup> O autor refere-se aos anos até 70. Report of the Feasibility of Applying Uniform Cost-Accounting Standards to Negotiated Defense Contracts by the Controller General of the United States. Janeiro, 1970:04 apud Deikine, 1975: 60.

<sup>28</sup> O'CONNOR, J. também afirma que "... a participação industrial chega ao nível de 50% do orçamento do Pentágono e a proporção dos pedidos militares recebidos pelos 50 maiores contratantes da área da defesa cresceu de 58%, durante a Segunda Guerra, para 66% em 1963-1964" (1977: 159).

aos seus mega-projetos, o complexo militar industrial, de certa forma, depende menos do mercado, possibilitando que os seus "limites e entraves" sejam temporariamente superados.

Geralmente, os funcionários do Pentágono, responsáveis pelas encomendas, tinham alguma ligação direta ou indireta com as maiores firmas da indústria de guerra, ou "interesses semelhantes" a estas grandes indústrias.

Ao fazer as encomendas militares o Pentágono adquiria poder econômico sobre as corporações que as executava, fazendo com que o futuro financeiro de grandes firmas muitas vezes dependesse disso. Um exemplo que ilustra bem esta situação foi o caso da disputa dos gigantes do complexo militar industrial pela encomenda do avião TFX (F-11) no valor de 7 bilhões de dólares, que acabou na etapa final com as concorrentes Boeing e General Dynamics.

A princípio, a firma Boeing tinha todas as razões para acreditar que a encomenda estava na sua mão. O projeto do futuro avião que tinha proposto recebera louvores dos peritos técnicos e militares e, em 1962, tinha sido previamente decidido passar o contrato a esta companhia. Mas, em seguida, os congressistas do campo da General Dynamics apoiados pelo ministro da Marinha Korth, o vice-presidente de então L. Johnson, e outras personalidades entraram na liça. Todos reclamavam que se confiasse a encomenda à General Dynamics, de que uma filial importante estava situada no Texas. Esta firma recebeu finalmente do Ministério da Defesa esse manjar apetitoso e ocupou, no ano de 1965, o segundo lugar na soma das encomendas militares (1,1 bilhões de dólares). No fim de contas, é coisa corrente na prática americana que conhece uma concorrência excessiva. Curiosamente, a nova encomenda, como testemunha à imprensa americana, salvou praticamente a General Dynamics de uma bancarrota financeira, porque, pouco antes, a firma perdera na sua filial Convair a bagatela de 5 bilhões de dólares. A encomenda de TFX permitiu à corporação sobreviver. Uma vez mais, a administração militar salvara um dos seus velhos empresários (DEIKINE, 1975: 68-9).

O complexo industrial militar serve como instrumento às nações capitalistas desenvolvidas para resolverem momentaneamente suas contradições internas, como também reforçarem seus aparelhos de repressão e destruição com o objetivo de serem utilizados contra

os movimentos insurrecionais dos trabalhadores e de libertação nacional (Cf. O'CONNOR, 1977: 156).

O complexo industrial militar garantiu durante décadas um alto índice de lucratividade aos EUA, mas foi responsável pela queda da média geral da taxa de lucro. Ao mesmo tempo em que os gastos bélicos foram os responsáveis pela reativação da economia no pós-guerra também foi o principal causador do colapso das finanças públicas: *“Desde a última guerra mundial, o gasto militar marcou o passo de todas as economias capitalistas. Foi o instrumento privilegiado da reativação e causador dos grandes colapsos das finanças públicas que asfixiaram a prosperidade. A recuperação norte-americana de 1982-90 amparou-se no aumento de 50% dos gastos bélicos que, por sua vez, determinaram um salto da dívida pública de 27% do PIB em 1980 para 63% em 1993. Neste lapso, os EUA chegaram a investir 66% de seu orçamento de pesquisa na área militar, contra 19% da Alemanha e 9% do Japão”* (Cf. KATZ, 1995: 210-212).

De acordo com KATZ, mesmo com as tentativas para reverter os gastos armamentistas, insustentáveis para o Tesouro Nacional, houve uma redução muito limitada dos gastos militares nos EUA, se constituindo muito mais como uma re-orientação e racionalização dos gastos do que uma diminuição efetiva:

As 48 grandes empreiteiras norte-americanas, que manejam 64% da fabricação bélica mundial, quase duplicaram sua participação no mercado internacional de armamentos. A seqüência de intervenções militares norte-americanas dos últimos anos (Iraque, Somália, Haiti) ilustra categoricamente quão longe do desarmamento encontra-se o capitalismo norte-americano, o qual procura compensar suas dificuldades econômicas reforçando seu papel de gendarme internacional. O armamentismo foi a chave da inovação desde o pós-guerra e não abandonará este papel (1995: 211).



O desenvolvimento da indústria da guerra funciona como recurso de apoio ao ciclo da reprodução do capital ao mesmo tempo em que é fonte insubstituível das inovações. O investimento na área militar foi, após a segunda guerra mundial, a principal força propulsora do desenvolvimento da ciência e da técnica.

É justamente neste aspecto que o capital acaba se deparando, mais uma vez, com seus últimos limites, já que em longo prazo o principal impacto das inovações se dá na queda tendencial da taxa de lucro. Pois, como vimos anteriormente, as mudanças tecnológicas implicam no aumento da composição orgânica do capital.

O complexo industrial militar articula dois momentos contraditórios do capital: se por um lado se apresenta como uma alternativa contrária à queda da taxa de lucro, na medida em que garante a 'realização' da produção distante das oscilações imprecisas do mercado, por outro lado, acelera a absorção de novos patamares científicos e tecnológicos no seu processo de trabalho, impulsionando a queda tendencial da taxa de lucro. Ou seja, contraditoriamente, acaba sendo ao mesmo tempo um dos principais elementos contrário e também responsável pela queda da taxa de lucro, sendo esta última predominante no processo de desenvolvimento do capital.

Em outras palavras, o capital encontra no complexo industrial militar respostas para os limites impostos pelo círculo restrito do consumo atado às necessidades humanas. No entanto, o complexo industrial militar passa a demonstrar o esgotamento de suas potencialidades ao impulsionar avanços científicos e tecnológicos que desencadeiam um aumento constante da quantidade de trabalho morto (capital constante) em relação ao trabalho vivo (capital variável). Neste aspecto, o desenvolvimento científico e tecnológico é um elemento determinante dos limites intrínsecos ao complexo industrial militar enquanto

alternativa para a continuidade da acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que está subordinado a este processo.

Como vimos na primeira parte deste capítulo, a produção gera o consumo correspondente, pois este também se constitui numa necessidade para o capital. Daí decorrem duas questões diferenciadas associadas ao complexo industrial militar: de um lado, a produção e o 'consumo' de armas 'convencionais' e subatômicas, que demonstram materialmente o caráter destrutivo do capital; e de outro, a produção de armas atômicas que evidenciam o potencial autodestrutivo do próprio capital e da humanidade. Em ambos os casos, a ciência tem sido determinante e potencializadora no acirramento das contradições internas do capital e na aproximação aos seus limites absolutos.

## 2.2 A ciência a serviço do capital

O processo de acumulação de capital vai demonstrar que historicamente, o complexo industrial militar é uma alternativa eficaz para burlar provisoriamente a queda tendencial da taxa de lucro e as crises daí decorrentes. Porém, a lógica própria do complexo industrial militar subordinado à acumulação capitalista vai indicar que, mesmo com esta alternativa, o capital não se liberta do seu metabolismo contraditório. A ciência e a tecnologia, sob o desenvolvimento capitalista, subordinam-se inteiramente ao mercado e à lógica destrutiva do capital. É neste sentido que elas também se desenvolvem, nas palavras de MÉSZÁROS, 'à sombra do complexo militar industrial', aliando-se e subordinando-se completamente ao desenvolvimento deste (Cf. *ibid.*, 1996a: 278-310).

Como já assinalado anteriormente, a economia armamentista é, há algum tempo, propulsora de inovações tecnológicas, desviando recursos e cientistas qualificados dos estudos civis para a esfera da ciência vinculada ao complexo militar.

O desenvolvimento das forças produtivas no pós-guerra não teria sido o mesmo, sem o papel desempenhado pela ciência; coube à ciência uma participação atuante no processo de desenvolvimento do capital, sendo ela ao mesmo tempo, contraditoriamente, elemento impulsionador e subordinado ao desenvolvimento da acumulação capitalista. Desta forma, a ciência moderna tem como maior dilema o fato do seu desenvolvimento estar sempre vinculado ao dinamismo contraditório do capital.

Com o desenvolvimento do complexo industrial militar vinculado aos interesses do capital, potencialmente destrutivo e diretamente subvencionado pelo Estado, a ciência se desenvolveu à sombra deste complexo militar industrial, completamente controlada pelo Estado. Entretanto, ironicamente, foi o período em que mais se alardearam as ilusões do

'cientificismo', ou seja, das supostas objetividade e autonomia da ciência, como resultado do 'fim da ideologia do pós-guerra' (Cf. MÉSZÁROS, 1996a: 278).

Dessa forma, a ciência além de se constituir em instrumento do desenvolvimento do complexo industrial militar, se torna argumento político ideológico do período do pós-guerra, dado que sua aplicabilidade em prol da acumulação capitalista passa a fazer apologia a uma pretensa objetividade e neutralidade científicas.

O mito que persiste a respeito da pretensa 'objetividade' e 'neutralidade' da ciência recai com maior peso sobre as ciências naturais, decorrentes do seu caráter mais instrumental e experimental, em oposição às ciências humanas que gozam de um envolvimento mais comprometido às questões sociais. No entanto, o que vemos a respeito desta pretensa objetividade é justamente o contrário, na verdade, o fato dos cientistas naturais necessitarem de estruturas tangíveis de apoio às atividades de pesquisa, portanto mais dispendiosas, faz com que tenham vínculos mais profundos as estruturas produtivas dominantes. Isto explica, nas palavras de MÉSZÁROS porque *"...em média - nas universidades e em toda parte, os cientistas naturais tendem a assumir uma posição consideravelmente mais conservadora que seus colegas do setor de humanas, em vez de serem mais objetivos, mais neutros, mais independentes e, por isso, potencialmente mais críticos, como sugere a lenda..."* (Ibid., p. 289).

Muitos foram testemunhas do desenvolvimento da ciência subordinado aos interesses do capital monopolista, controlado pelo Estado, com sérias conseqüências, tanto para a própria ciência quanto para toda a sociedade.

Einstein, um dos maiores cientistas de todos os tempos, que sempre proclamou a origem social da ciência, assim como o seu fim social, acabou sendo isolado diante do atrelamento progressivo da ciência à estrutura do complexo militar industrial. Seu isolamento mostrou-nos um Einstein cético e pessimista que, consciente dos seus limites diante do

potencial destrutivo da ciência, nada podia fazer senão ter uma postura política a favor da pesquisa básica e contra os objetivos práticos da ciência. Numa carta, pouco antes de morrer, Einstein<sup>29</sup> escreveu a um amigo que, se soubesse que os fins dados à bomba atômica não se limitavam apenas ao perigo de Hitler ser o primeiro a possuí-la, mas também ao perigo de outros governos darem a ela um uso destrutivo, não teria participado da abertura desta caixa de Pandora (MÉSZÁROS, 1996 a: 286).

Deste desabafo de Einstein, MÉSZÁROS afirma que

O mais trágico, entretanto, não é tanto o fato de a caixa de Pandora ter sido amplamente aberta, para que as futuras gerações com ela se confrontem com crescente ansiedade enquanto tiverem a oportunidade de o fazer; mas que os cientistas – mesmo os maiores dentre os envolvidos na abertura da caixa – tenham tido tão pouca alternativa, se é que tiveram alguma, retrospectivamente ou com um vislumbre imaginativo para o futuro na história, para o fazer ou não, sem mencionar sua absoluta impotência para anular seu ato fatídico. **Somente uma ação social combinada e coordenada, de que todos os cientistas envolvidos fossem parte inalienável, poderia enfrentar esse desafio histórico sem paralelos e a correspondente magnitude das tarefas daí decorrentes** (Grifo nosso, 1996a: 286).

A questão é que a operação do complexo industrial militar é inseparável de uma 'elite científico tecnológica' vinculada aos interesses do complexo militar industrial. E os obstáculos a serem superados têm como base a materialidade objetiva, independente das vontades individuais. Ou seja, a indissociabilidade da ciência do complexo militar industrial e sua subordinação aos interesses do capital monopolista de Estado, nada mais são do que *"manifestações de condições – e contradições – estruturais objetivas do domínio do capital, em seu estágio avançado de desenvolvimento"* (MÉSZÁROS, 1996a: 287).

<sup>29</sup> A primeira carta que Einstein enviou ao presidente estadunidense Roosevelt, em 11 de outubro de 1939, falava das possibilidades da bomba nuclear e suas reações em cadeia, alertando sobre o uso que os alemães poderiam fazer dela. Entretanto, só depois de sua segunda carta em março de 1940, é que o governo estadunidense lança o seu "Projeto Manhattan", "constituindo-se assim numa colaboração sem precedentes entre ciência e guerra" (Cf. GALVAN, C. 1988: 13). Segundo KATZ, "O 'projeto Manhattan' da bomba atômica, envolvendo 150 mil pessoas em finais da segunda guerra, marcou uma tenelência no manejo da 'grande ciência' que se consolidou implacavelmente nos últimos 50 anos" (1995: 204-205). Ver também, Giovana SPAGNUOLO, Os europeus fora da Europa: O Projeto Manhattan em Los Alamos. In: Domenico De MASI (Org.). A emoção e a regra. Os grupos criativos na Europa de 1850 a 1950. P. 359-385.

O fato é que as inúmeras restrições e determinações do desenvolvimento da ciência na contemporaneidade acabam por afastá-la do seu potencial emancipador, vinculando-a “...à comunidade dos negócios’ do complexo militar-industrial...” (Cf. *ibid.*, p. 289). Contradizendo os apologistas da ordem do capital, que dizem que “...a ciência contemporânea é o novo agente da emancipação social – contraposto à força emancipatória ‘historicamente obsoleta’: a classe trabalhadora...” (op. cit. p. 289), podemos afirmar que a ciência está subordinada aos imperativos do modo destrutivo da produção capitalista e, portanto, encontra-se impossibilitada de contribuir para o pleno desenvolvimento das capacidades intelectuais dos seres humanos.

O desenvolvimento científico e tecnológico apresenta uma dupla subordinação ao complexo industrial militar: de um lado, enquanto força social transformadora e emancipatória vêem-se limitada e conservadora. Por outro lado, enquanto instrumento para o avanço das forças produtivas se apresenta como elemento desencadeador da queda tendencial da taxa de lucro e, por consequência, antecipa as contradições do próprio complexo industrial militar, na medida em que este perde sua viabilidade para a acumulação capitalista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos a conclusão de que o homem (o trabalhador) só se sente livremente ativo em suas funções animais — comer, beber e procriar, ou no máximo também em sua residência e no seu próprio embelezamento — enquanto em suas funções humanas se reduz a um animal. O animal se torna humano e o homem se torna animal. Comer, beber e procriar são evidentemente, também funções genuinamente humanas. Mas, consideradas abstratamente, à parte do ambiente de outras atividades humanas e convertidas em fins definitivos e exclusivos, são funções animais.

Karl Marx

**N** Os capítulos anteriores buscou-se fazer uma análise da crise do capital na contemporaneidade. Tinha-se como objetivo central, compreender a crise atual do sistema do capital, verificar quais elementos ele tem utilizado para enfrentar uma crise de caráter estrutural e como vem deslocando suas contradições imanentes.

Sabe-se que a realidade é muito mais complexa do que qualquer análise pode alcançar, portanto, dada a complexidade da temática e riqueza da realidade, privilegiamos a abordagem de alguns dos aspectos constituintes da crise estrutural do capital na contemporaneidade, tentando compreendê-los nas suas particularidades, mas sem deixar de analisá-los a partir da totalidade do sistema do capital.

Verificou-se quais os fundamentos da crise do capital, e quais as diferenças que tal crise vem apresentando na atualidade. As diferenças da atual crise do capital, com relação às suas crises anteriores, é que esta, já não se caracteriza mais como um componente dinamizador da lógica de funcionamento do capital, como são as crises de caráter cíclicas ou conjunturais, que cumprem o papel de normalizar o processo de acumulação capitalista.

A crise de caráter estrutural acena para um esgotamento do capital na contemporaneidade. Primeiro, porque o capital não consegue mais explorar o trabalho vivo

na mesma proporção que cresce o trabalho morto. Segundo, porque as contradições imanentes à lógica de funcionamento do sistema do capital têm sido ativadas de forma que não podem ser superadas pelo próprio sistema.

Uma das contradições e limitação fundamental do sistema do capital na atualidade, é a dissipação das riquezas. De um lado, vem destruindo crescentemente força de trabalho, na medida que as sacrifica a sua 'infernalia maquinaria de guerra' ou desempregando milhões de pessoas pelo mundo afora e, por outro lado, vem destruindo os recursos naturais do nosso planeta.

Analisou-se, também, como as transformações do mundo do trabalho não se constituem apenas numa simples reestruturação do processo de trabalho, mas, vista sob a ótica da crise estrutural vivida pelo capital hoje, trata-se de uma tentativa histórica do capital, deslocar sua contradição mais profunda, qual seja da diminuição da sua taxa de lucros. Estas metamorfoses do mundo do trabalho, não são resultados apenas do desenvolvimento científico e tecnológico, mas expressam a necessidade histórica do capital de desenvolver novas formas para a superação de algo mais profundo e nem tão aparente: sua crise estrutural.

A recomposição da taxa de lucros do capital só pode ocorrer pelo aumento da mais-valia, e esta, conseqüentemente, se dá pelo aumento da exploração da força de trabalho. Neste sentido, o mundo do trabalho se metamorfoseia, torna-se mais complexo, apresenta-se mais fragmentado e heterogêneo. Contudo, não perde seu papel fundamental no processo de valorização do capital, ao contrário, para que tudo continue exatamente como está, isto é, que o capital continue dominando e se expandindo, é necessário "modificar" suas formas de exploração e dominação.

O capital é um sistema que se desenvolve historicamente criando e recriando formas e maneiras para responder a sua dinâmica contraditória. As diversas formas de produção surgidas na história do capital, (cooperação simples, manufatura, grande indústria),



demonstram um desenvolvimento que vai solapando a autonomia do trabalho, em relação ao capital, tornando o trabalho cada vez mais subordinado à sua dinâmica e ao seu controle.

Assim, o sistema do capital para poder se desenvolver e expandir o seu domínio a todas as esferas da vida, e a todas as partes do mundo, precisa desenvolver as forças produtivas, mas ao fazê-lo, contraditoriamente, se opõe ao substrato da sua valorização: o trabalho vivo. Esta é uma contradição imanente da lógica de funcionamento do sistema do capital, que não pode ser eliminada. Ao contrário, hoje tal contradição encontra-se cada vez mais acirrada. Sendo assim, podemos afirmar que as transformações ocorridas hoje no mundo do trabalho, caracterizam, num nível mais aprimorado, a necessidade do capital de aprofundar a exploração dos trabalhadores, para então poder continuar seu processo de expansão.

Se por um lado, o processo de acumulação capitalista aumenta a composição orgânica do capital, por outro lado, recria novas formas para aumentar a exploração da força de trabalho. Na medida em que o capital se utiliza, por exemplo, da subcontratação, na forma da terceirização do trabalho, estabelecendo novos parâmetros para sua expansão e acumulação, a exploração se dá de forma mais velada, pois é rompida aparentemente a relação entre capital e trabalho. Como o trabalho não se dá mais diretamente na fábrica, mas em unidades de produção domésticas, familiares, artesanais, os trabalhadores têm a impressão de que são "livres", donos dos seus próprios negócios, "patrões de si mesmos".

No entanto, as modificações operadas no mundo do trabalho em nome do capital não confirmam a superação das contradições capitalistas. Na verdade essas novas formas de exploração da força de trabalho dão origem a novas contradições. Estas contradições se constituem, por um lado, na crescente precarização das condições de trabalho dos trabalhadores explorados pelo capital e, por outro, no crescente desemprego crônico e conseqüente pauperização da população mundial, em nome da expansão e acumulação capitalista.

Em suma, tais mudanças no mundo do trabalho têm como objetivo fundamental dar respostas concretas à queda da lucratividade do capital, iniciada a partir da década de 70, através do aumento da exploração da força de trabalho, para a continua produção e auto-reprodução do capital.

O avanço histórico representado pelo estágio capitalista de desenvolvimento produtivo é um retrocesso, se pensarmos em como ele rompe com a produção voltada para as necessidades humanas, estabelecendo a produção do valor de troca como objetivo central da produção. Neste processo de ruptura, a qualidade foi solapada em nome da quantidade, tornando o sistema do capital ilimitado, pois rompe com a relação produção-necessidade – que se, num primeiro momento constituiu-se como algo positivo (taxa de utilização decrescente), na medida que ampliou o círculo do consumo – desenvolveu, simultaneamente, a impossibilidade de um controle sobre suas tendências destrutivas, orientadas pela expansão quantitativa. É assim que, na contemporaneidade, o sistema do capital não se justifica mais historicamente. Sua priorização pelos aspectos quantitativos em detrimento dos aspectos qualitativos tem apontado para um esgotamento deste modo de produção.

Quando se verificou o papel desempenhado pelo complexo industrial militar, no processo de crise do capital, foi possível visualizar o quanto é incontrolável, ilimitado e perdulário o modo de produção capitalista. O complexo industrial militar constitui-se numa maneira de burlar a sua crise de rentabilidade, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, é um dos elementos que agrava a sua crise estrutural. Isto porque, o complexo industrial militar suprime de modo prático a distinção vital entre consumo e destruição, divorciando completamente a realização do valor das necessidades humanas. Além do que, também é um dos elementos causadores de inovações, contribuindo desta maneira para a queda da taxa de lucro do capital.

Nas últimas décadas, a ciência associa-se ao desenvolvimento do complexo industrial militar e se desenvolve à sua sombra, potencializando o caráter destrutivo e perdulário do capital. Ela é liberada pelo capital para se desenvolver, no entanto, não pode ir além dele, pois, encontra-se prisioneira das necessidades de expansão e acumulação do sistema do capital. Neste sentido, a ciência encontra-se tolhida na sua capacidade de potencializar o desenvolvimento humano, pois está subordinada à lógica da valorização do capital; seu papel é de *interagir com o trabalho, na necessidade de possibilitar o processo de reprodução ampliada do capital.*

O sistema do capital não é uma entidade material, mas *'um conjunto de relações sociais, de dominação e subordinação'*. É um sistema contraditório que não se constitui num "mecanismo", auto-regulável e racionalmente controlável. Ao contrário, é um modo de controle do metabolismo social global incontrolável e irreformável porque seus antagonismos são estruturais, portanto, sua crise não é remediável. É uma crise de caráter estrutural, que abrange a totalidade do sistema, colocando em risco o funcionamento do metabolismo social global. A crise estrutural do capital, deixa a nu as contradições do capital enquanto um sistema social viável para a humanidade, possibilita que a classe trabalhadora perceba seus limites e favorece a organização de uma força social contrária ao desenvolvimento ilimitado do sistema do capital.

O capital precisa ser superado na totalidade de suas relações, não basta apenas *'submeter ao controle social as posses materiais dos capitalistas privados'*, esta é apenas uma parte do funcionamento do sistema do capital. É necessário ir além do capital, superando-o no seu processo de reprodução social, que subordina a produção de valores de uso à sua constante reprodução. Sendo assim, não basta remover os capitalistas do processo de reprodução social do capital. É preciso que o sistema do capital seja superado em todos os

seus domínios: do controle direto que ele exerce sobre o trabalho ao papel desempenhado pelo Estado.

Cabe então, aos produtores associados, a tarefa de criarem um outro sistema genuinamente socialista e sustentável para que um dia a humanidade possa sair da pré-história para a construção da sua auto-emancipação.

**BIBLIOGRAFIA**

ANTUNES, Ricardo (1995). **Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

\_\_\_\_\_ (1997). **Aonde vai o mundo do trabalho?** In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Globalização e socialismo.** São Paulo: Xamã, (Coleção Fora da Ordem), p.61-72.

\_\_\_\_\_ (2000a). **Lutas sociais e desenho societal socialista no Brasil dos anos 90.** In: **Revista Crítica Marxista**, nº 09. São Paulo: Xamã, p.89-110.

\_\_\_\_\_ (2000b). **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1ª edição 1999 (Coleção Mundo do Trabalho).

AUED, Idaleto Malvezzi (1999). **Capital e emancipação humana: o ser social.** In: AUED, Wrublesvski Bernardete (Org.) **Educação para o (des) emprego.** Petrópolis, RJ: Vozes.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial. Luta contra a pobreza.** Panorama geral. Washington, D.C., 2000/2001.

BRAGA, Rui (1996). **A restauração do capital. Um estudo sobre a crise contemporânea.** São Paulo: Xamã.

BRENNER, Robert (1999). **A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão?.** In: **Revista Outubro**, nº 3. São Paulo: Xamã.

- CASTELLS, Manuel (1979). **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo.** [Tradução de Alcir Henrique da Costa]. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CHESNAIS, François (1996). **A mundialização do capital.** [Tradução de Silvana Finzi Foá]. São Paulo: Xamã.
- COGGIOLA, Osvaldo & KATZ, Cláudio (1995). **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã.
- COGGIOLA, Osvaldo (org.) (1998). **Capitalismo: "globalização" e crise.** *Revista Estudos. Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP.* Nº 44 (set.1998). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.
- DEIKINE, Alexandre (1975). **A aliança entre os monopólios e a "clique" militar.** São Paulo: Martins Fontes.
- DOWBOR, Ladislau (1981). **Introdução teórica à crise. Salários e lucros na divisão internacional do trabalho.** São Paulo: Brasiliense.
- ECO, Umberto. (1995). **Como se faz uma tese.** (1ª ed. 1977). (Coleção Estudos). São Paulo: Editora perspectiva, 12ª ed.
- ENGELS, Friedrich. (1974) **Economia política.** México: Roca.
- FÓRUM NACIONAL DE MONITORES. (1996). **Caderno de poesias.** São Paulo, dezembro- nº 28 (extra).
- GALVAN, Cesare Giuseppe (1988). **Expansão nuclear alemã. Estado, capital, mercado mundial.** Florianópolis: editora da UFSC, co-edição: Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro.

\_\_\_\_\_ (1996a). **O poder da ideologia.** [Tradução Magda Lopes]. São Paulo: Ensaio.

\_\_\_\_\_ (1996b). **Produção destrutiva e Estado capitalista.**[Tradução Georg Toscheff e Marcelo Cipolla]. São Paulo: Ensaio. (Cadernos ensaio. Pequeno formato; v. 5), 2ª Edição.

\_\_\_\_\_ (1993b). **Filosofia, ideologia e ciência social. Ensaio de negação e afirmação.** [Tradução laboratório de tradução do CENEX/FALE/UFMG]. São Paulo: Ensaio.

NETO, José Meneleu. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, Francisco J. S. & OLIVEIRA, Manfredo de Araújo de (orgs.) (1998) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva. As novas determinações do mundo do trabalho.** 1ª edição 1996. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade estadual do Ceará.

O'CONNOR, James (1977). **USA: a crise do estado capitalista.** [Tradução de João Maia]. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (1ª edição 1973, coleção: O Mundo Hoje, vol. 13).

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) (1998-1999). Oficina internacional del trabajo. **Informe sobre el empleo en el mundo.** Ginebra.

REVISTA ISTO É. **Os EUA são os EUA, o planeta é o resto.** 11 de abril de 2001, p.21.

SEVERINO, Antônio Joaquim (1996). **Metodologia do Trabalho científico.** 20ª edição revista e ampliada. São Paulo: Cortez,.

SPAGNUOLO, Giovana (1999). Os europeus fora da Europa: O Projeto Manhattan em Los Alamos. In: De MASI, Domenico (Org.). **A emoção e a regra. Os grupos criativos na Europa de 1850 a 1950.** [tradução: Elia Ferreira Edel] Rio de Janeiro: José Olympio, (1ª edição: 1989) p. 359-385.

TEIXEIRA, Francisco J. S. & OLIVEIRA, Manfredo de Araújo de (orgs.) (1998)

**trabalho.** 1ª edição 1996. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade estadual do Ceará.

TREPELKOVA, V. **A crise geral do capitalismo.** [Tradução de I. Diákov]. (Série "biblioteca de conhecimentos políticos", nº 04). URSS: Edições Progresso, 1982

TUMOLO, Paulo Sérgio (1998). A política nacional de formação sindical da central única dos trabalhadores diante do novo padrão de acumulação de capital. **Tese de doutorado em educação: história e filosofia da educação.** PUC/São Paulo.

\_\_\_\_\_ (1996). Paradigmas de análise das transformações no mundo do trabalho: um duelo de titãs. In: FIDALGO, Fernando Selmar (org.) **Gestão do Trabalho e formação do trabalhador.** Belo Horizonte, MG: Movimento de cultura Marxista.

\_\_\_\_\_ (1998). Trabalho: categoria sociológica chave? A necessária continuidade da discussão. In: **Revista Universidade e Sociedade**, Ano VIII, nº 15, fevereiro.